

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM PATRIMÔNIO CULTURAL**

**PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA
ESTÂNCIA VELHA DO JARAU PATRIMÔNIO DO RIO
GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE
ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Priscila Silva Linassi

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA
ESTÂNCIA VELHA DO JARAU PATRIMÔNIO DO RIO
GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE
ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA**

Priscila Silva Linassi

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em História e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural.**

Orientador: Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder

Santa Maria, RS, Brasil, 2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural
Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA ESTÂNCIA VELHA DO
JARAU PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA
ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA**

elaborada por
Priscila Silva Linassi

COMISSÃO EXAMINADORA:

Saul Eduardo Seiguer Milder, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Denise de Souza Saad, Dr^a. (UFSM)

Julio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 2013.

À minha mãe, a meu pai e a minhas irmãs que tanto amo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que mesmo de longe esteve presente e por se aventurar na visita ao Cerro do Jarau. Ao meu pai Valdir, minha mãe Maria e minhas irmãs Kassia, Edimeia e Graciela.

Ao meu orientador Saul Eduardo Seiguer Milder pela atenção, oportunidade de trabalhar com este tema, objeto de estudo que me encantou, sou agradecida por tudo.

A minha família do Museu, pelo carinho, amizade e momentos de alegria: Joceli, Luciana e em especial Maria Izabel e Regina.

A Raquel, pelas discussões museológicas, pelo apoio teórico, material emprestado, minha amiga, uma irmã que a vida me apresentou.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural, com os quais tive oportunidade de aprender.

A professora Denise Saad pela atenção, apoio, pelos esclarecimentos e pelo carinho e por ter aceitado fazer parte da banca. Ao professor Júlio Quevedo por ter aceitado fazer parte da banca.

A Jaqueline e ao Bruno pela disponibilidade em ir ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA), pelos esclarecimentos e material emprestado.

Aos pesquisadores que desenvolveram pesquisas sobre o tema desta dissertação o meu muito obrigada, pelas informações.

A Josiane minha amiga pelo carinho, por escutar as minhas inquietações e por acompanhar esta trajetória.

Ao Alessandro pela ajuda na formulação da planta física da proposta.

A Cleusa, Natália, Bruninho e Adema por estarem presentes na minha vida.

Ao Cássio pelo amor, carinho, alegria, companheirismo e paciência.

A todos aqueles que de alguma forma colaboraram de alguma forma, mas eu tenha esquecido de citar o meu muito obrigada.

EPIGRAFE

Quem viaja utilizando-se da BR 290, indo de Uruguaiana ou vindo de Alegrete para o sul, das alturas do Carumbé, a distância, lá nas fimbrias do horizonte, deslumbra a visão com o vulto fantástico do Cerro do Jarau. Não é apenas o fundo difuso de um cenário pampeano. É cerro da Salamanca encantada, que fez da fronteira Sudoeste e suas imensas coxilhas o repositório de mais linda lenda brasileira. De suas furnas encantadas emerge Blau, o protótipo da Raça. (PONT,1983, p.99)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA ESTÂNCIA VELHA DO JARAU PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA

AUTORA: PRISCILA SILVA LINASSI
ORIENTADOR: SAUL EDUARDO SEIGUER MILDER
Santa Maria, 02 de outubro de 2013.

Este estudo trata da formulação de uma proposta de exposição para os bens arqueológicos coletados no Sítio Arqueológico RS-Q-17 Estância Velha do Jarau. A pesquisa coletou informações em bibliografia, dissertações de mestrado, monografias e na cultura material; através destes materiais procurou-se elaborar uma proposta de exposição. O objetivo desta Dissertação é elaborar uma proposta de exposição com os bens arqueológicos da Estância Velha do Jarau. Esta Dissertação buscou analisar, inicialmente, os elementos que compõe a formação da estância, como o pampa, sua lenda, o Sítio Arqueológico, no que tange às intervenções realizadas, sua arqueologia e à legislação do mesmo. Após foi contextualizada a discussão, abordando aspectos como museu, exposição dos bens, forma de comunicação museológica, bem como a proposta de exposição, permeados pela Educação Patrimonial. Essa contextualização procurou construir uma proposta de exposição museológica significativa, de fácil compreensão, buscando o acesso à informação, a preservação e valorização destes bens, enquanto importantes patrimônios do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Palavras-chave: Patrimônio, Arqueologia, Exposição Museológica

ABSTRACT

Master Degree Dissertation
Vocational Post Graduation Program in Cultural Heritage
Universidade Federal de Santa Maria

PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA ESTÂNCIA VELHA DO JARAU PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA

AUTHOR: PRISCILA SILVA LINASSI

ADVISOR: SAUL EDUARDO SEIGUER MILDER

Santa Maria, October 2, 2013.

This study deals with the formulation of a proposal exposure to archaeological collected Archaeological RS - Q -17 Estancia Velha Jarau . The survey collected information on bibliography , dissertations , monographs and material culture ; through these materials sought to develop a proposal for exposure. The purpose of this dissertation is to develop a proposal for the archaeological exhibition with the Estancia Velha Jarau . This thesis sought to examine initially the elements that make up the formation of the resort, as the pampa , his legend , the Archaeological Site , regarding the interventions , their archeology and the law of the same . After the discussion was contextualized , covering aspects such as museum, exhibition of goods , means of communication museum , as well as the proposed exhibition, pervaded by the Heritage Education . This contextualization sought to build a proposed museum exhibition meaningful , easy to understand , seeking access to information , preservation and enhancement of these assets , while important assets of Rio Grande do Sul and Brazil.

Key words: Heritage, Archaeology, Museology Exposure

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa do Rio Grande do Sul.....	20
Figura 02 – Foto de cercas de pedras no Cerro Jarau, ao fundo o arroio Garupá.....	25
Figura 03 – Mapa como destaque ao astroblema do Jarau e ao Cerro..	26
Figura 04 – Raul Pont nas ruínas da Casa Sede da Estância Velha do Jarau.....	30
Figura 05 – Pedação da estrutura remanescente da Estância Velha do Jarau.....	31
Figura 06 Foto de João Simões Lopes Neto.....	39
Figura 07 e 08 - Material lavado, numerado e catalogado para pesquisa no LEPA/UFSM..	45
Figura 09 – Poço teste nº 04 da intervenção arqueológica de 1997.....	48
Figura 10- Poço teste nº 04 da intervenção arqueológica de 1997	49
Figura 11- Planta com as estruturas demarcadas, as linhas representam as estruturas de pedra (cercas ou mangueiras), o pequeno quadrado ao centro representa a área central das estruturas onde foram realizadas a maior parte das escavações.....	50
Figura 12 - Poço com camada estratigráfica do Sítio.....	50
Figura 13 - Escavação arqueológica.....	51
Figura 14 - Escavação arqueológica.....	52
Figura 15 - Escavação arqueológica na área da suposta cozinha.....	53
Figura 16 - Escavação Arqueológica.....	53
Figura 17 - Escavação Arqueológica na área na qual ficava a casa principal – Sítio Escola.....	54
Figura 18 - Alunos e professores observando o material arqueológico...	55
Figura 19 - Estudantes e Professores de Quaraí chegando ao Sítio Arqueológico.....	55
Figura 20 - Croqui das áreas escavadas.....	56
Figura 21, 22 e 23 - Prospecção na Quinta.....	56
Figura 24 - Pintura de Frans Francken II, <i>Kunst- und Raritätenkammer</i> (c. 1620-1625, Kunsthistorisches Museum, vienna).....	72
Figura 25 – Esquema sobre narrativas arqueológicas.....	89

LISTA DE PLATAFORMAS

Plataforma 01 - Imagens do Cerro do Jarau.....	28
Plataforma 02 - Esquema explicando os elementos que compõe a proposta de comunicação museológica	87
Plataforma 03 - Elemento histórico.....	96
Plataforma 04 - Os ossos e a alimentação da Estância Velha do Jarau.....	97
Plataforma 05 - Estrutura Física da exposição.....	98
Plataforma 06 - Intervenções arqueológicas na Estância Velha do Jarau.....	100
Plataforma 07 - Os metais e seus usos na Estância Velha do Jarau.....	101
Plataforma 08 - Vestígios Vítreos da Estância Velha do Jarau.....	102
Plataforma 09 - As louças dos hábitos alimentares do Jarau.....	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 OS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A FORMAÇÃO DA ESTÂNCIA.....	19
1.1 O Pampa e a formação das estâncias.....	19
1.2 A Lenda.....	37
2 SÍTIO ARQUEOLÓGICO ESTÂNCIA VELHA DO JARAU: COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA E LEGISLAÇÃO.....	43
2.1 As intervenções realizadas no Sítio Arqueológico.....	43
2.2 Arqueologia e legislação.....	61
2.3 Educação Patrimonial.....	65
3 PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA ESTÂNCIA VELHA DO JARAU.....	71
3.1 Museu.....	71
3.2 Exposição dos bens arqueológicos.....	78
3.3 A comunicação museológica.....	83
3.4 A proposta de exposição.....	90
CONCLUSÃO.....	104
REFERÊNCIAS.....	107

INTRODUÇÃO

- É lá?...Então, sei, sei! A Salamanca do cerro do Jarau!... Desde a minha avó charrua, que ouvi falar!... (LOPES NETO, 2002, p.7)

O Sítio Arqueológico Estância Velha do Jarau, RS-Q-17, matéria-prima desta Dissertação, localiza-se na cidade de Quaraí, fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul. Este sítio já foi alvo de artigos, dissertações de mestrado e monografias de graduação, devido à sua relevância como um importante Patrimônio do Estado¹, tendo suas pesquisas arqueológicas cooperado com significativas informações para a historiografia. A cidade de Quaraí, local no qual está localizado o sítio, faz divisa com o Uruguai, região fronteiriça, local de constante circulação e movimento (TOLEDO, 2010).

No contexto histórico, esse espaço é marcado por constantes disputas territoriais. A ocupação desse espaço, após descoberta do Brasil, deu-se através distribuição tardia, pela Coroa Portuguesa, de sesmarias para militares como recompensa pelos serviços prestados à mesma. Dessa forma, os militares defendiam a sua propriedade e faziam parte do sistema produtivo demarcavam o território, através das Estâncias. No caso específico da Estância Velha do Jarau, uma Estância localizada na área da campanha do Rio Grande do Sul, mais precisamente na porção sudoeste, é uma região de fronteira que comporta todas as nuances que permeiam a sua localização.

Dessa forma, um local peculiar e com características próprias que o definem e o tornam singular como um espaço de constante disputa, no qual cada estancieiro defendia seus limites territoriais e cuidava da sua Estância defendendo seus interesses.

Pautado nesse fato de liberdade e autonomia, foi criado o mito do gaúcho, homem bravo e forte. Estes espaços fronteiriços foram entregues preferencialmente a militares, devido à questão das demarcações de terras, que construíram suas

¹ Dessa forma, pode-se citar as dissertações de mestrado de Flamarion Freire da Fontoura Gomes, 2001; Juliana Rossato Santi, 2004; Grasiela Tebaldi Toledo, 2010; Diele Ilha Thomasi, 2010. Chimene Nobre, 2011.

histórias e com escravos, peões e demais homens formadores desta estrutura social formavam seus exércitos, preparados para qualquer situação (GOMES, 2001).

O **objetivo** da presente Dissertação foi elaborar uma proposta para formulação de uma proposta de exposição com os bens arqueológicos da Estância Velha do Jarau. Essa proposta contribuirá para disponibilizar à comunidade o acesso ao conhecimento, procurando promover a informação, a identificação, a apreensão e a valorização destes bens arqueológicos do Rio Grande do Sul, como patrimônios culturais de fundamental importância não apenas para o entorno, como para a arqueologia brasileira.

Assim, através da proposta de exposição museológica, buscou-se trabalhar a Educação Patrimonial que vem a equacionar a questão dos bens arqueológicos, musealizados no processo de apreensão do patrimônio.

O desenvolvimento da pesquisa, na busca pela contextualização dos bens arqueológicos coletados na cidade de Quaraí e armazenados pelo laboratório de pesquisas arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA), levará em consideração todos os aspectos que permeiam o Sítio Arqueológico: histórico, social, mítico, místico, para a elaboração de uma proposta que seja contextualizada.

A **metodologia** da pesquisa ocorrerá em três etapas. Primeira Fase: Pesquisa bibliográfica exploratória, objetivando delinear conceitos e mapear o saber já produzido do tema desta pesquisa. Segunda Fase: Levantamento e seleção das informações dos bens patrimoniais arqueológicos sob a guarda do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA), através das pesquisas realizadas pelos arqueólogos e estudantes sobre o tema, bem como análise de fotos, documentos e a seleção dos bens arqueológicos coletados no sítio RS-Q-17- Estância Velha do Jarau Terceira Fase: Apresentação da proposta de exposição com bens arqueológicos do Sítio Arqueológico, RS-Q-17, Estância Velha do Jarau.

Nas intervenções arqueológicas realizadas na Estância, foram coletados diversos artefatos arqueológicos como louças, vidros, metais e vestígios alimentares. De acordo com as pesquisas arqueológicas, evidenciaram-se alguns aspectos da estrutura da Estância e de sua funcionalidade.

Tais aspectos irão compor a proposta de exposição que se propõe realizar no Museu Educativo Gama d'Eça/UFSM, tendo em vista que a entidade pertence à UFSM, mesma instituição do LEPA, localizando-se em ponto estratégico central do

Estado, no qual se tem mais facilidade de acesso às pesquisas arqueológicas pelo público, o qual terá um contado real com o patrimônio arqueológico.

Os patrimônios culturais arqueológicos, coletados dos seus locais de origem para fins de pesquisa, documentação e acesso da sociedade, quando inseridos no ambiente museal, passam a desempenhar seu potencial de elo entre o pretérito e o presente. Além de atuarem na valorização deste patrimônio fronteiro, que carrega em si elementos da formação da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, atuam no centro do estado, ou seja, ligando a parte ao todo, a fronteira ao centro do Rio Grande do Sul. Dessa forma, este estudo procura atingir os seguintes **objetivos específicos** que se apresentam ao longo dos capítulos do trabalho:

- Discutir as “limitações” para apreensão do patrimônio que não se encontra *in situ* e será exposto em um local diferente, do qual foi coletado;
- Elaborar uma proposta de exposição museológica, com os bens arqueológicos coletados no Sítio Arqueológico, RS–Q-17, Estância Velha do Jarau.

Conforme Haigert (2006, p.144), a Educação Patrimonial é centrada nos bens culturais e “estes são pontos de partida dos quais se originam muitas informações, conhecimentos e enfoques”, e a interpretação destes bens é a base do conhecimento para a ação educativa. A Arqueologia tem um caráter interdisciplinar, pois se utiliza de conhecimentos de vários campos para realizar a interpretação dos bens arqueológicos. A ação educativa se refere a todas as demandas referentes ao patrimônio: preservação, valorização, restauração, apropriação, comunicação e conscientização.

A proposta de exposição deve revelar, didaticamente, no sentido da exposição por si só passar uma imagem visual, revelando muitas possibilidades, comunicando o conhecimento científico produzido na Universidade, instigando os mais variados públicos e estimulando a produção de novos conhecimentos a respeito dos patrimônios arqueológicos, motivando uma identificação e estimulando a construção da consciência crítica.

Com base nos pressupostos acima expostos, pode-se afirmar que a proposta objetiva a popularização do conhecimento arqueológico, como algo significativo e importante para a compreensão do exercício da cidadania. Essa proposta de exposição parte do bem arqueológico como referencial para a interpretação do

pretérito, a partir da cultura, da experiência, como forma de apreensão do patrimônio cultural arqueológico, na medida em que comunica, colabora para a apreensão do patrimônio. A construção do conhecimento será uma apreensão individual do visitante mediada pelas ações do planejamento, que tem sua base na Educação Patrimonial, colaborando para a valorização do patrimônio arqueológico e para a interpretação e reflexão crítica da exposição.

Os bens quando retirados dos Sítios Arqueológicos, nos quais compõe um contexto, podem perder o caráter de bem coletivo assumindo a definição de objeto interpretado de forma isolada. A Educação Patrimonial colabora para a apreensão dos bens, de forma a relacioná-los com o presente, objetivando compreendê-los como um constituinte histórico da cultura, da qual faz parte.

A Dissertação está dividida em três capítulos. No capítulo 01, o objetivo é mapear os elementos que compõe o cenário, o qual virou Sítio Arqueológico, A Estância Velha do Jarau, perpassando pela lenda, pela história, por seus atores sociais. São apresentados os elementos formadores.

No Capítulo 02, é apresentada a coleção coletada pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA), perpassando pela legislação.

O Museu, a musealização, a comunicação museológica, a Educação Patrimonial e a proposta de exposição aparecem no capítulo 03; os capítulos são uma rede que construída formam uma proposta para este patrimônio rico de informações e significados.

Assim, outra questão que justifica a elaboração desta Dissertação é a relevância da proposta de comunicar para a comunidade as informações a respeito do acervo de Arqueologia no Museu Gama d'Eça das pesquisas realizadas pelo LEPA (Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas), coordenado pelo Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder, que produz conhecimento historiográfico, que, na maioria das vezes, fica restrito à Universidade. Através da comunicação, esses bens podem ser disponibilizados para o público em geral e serem socializados. Em razão disso, a proposta é realizar uma inserção, na instituição Museu, dos bens culturais que compõe este acervo presente no laboratório, explorando o potencial de bem arqueológico, repleto de conhecimento.

Através desta Dissertação, procurou-se selecionar as informações sobre o acervo, construindo uma forma de exposição do mesmo, de modo a atingir e

colaborar com os objetivos e as propostas da Educação Patrimonial, a exposição será um momento de apreciação individual do visitante com o patrimônio.

Enfim, busca-se contribuir e disseminar para o processo de conscientização da importância dos bens arqueológicos para a sociedade contemporânea e colaborar para a interpretação do pretérito, no intuito de compreensão crítica do presente, levando em consideração a transformação histórica, cultural e política da sociedade.

CAPÍTULO 1 OS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A FORMAÇÃO DA ESTÂNCIA

Serás o meu par... Se a cruz do teu rosário não me esconjurar... Se não, serás ligado ao meu flanco, para quando quebrado o encantamento, do sangue de nós ambos nascer uma nova gente, guapa e sadia, que nunca mais será vencida, porque terá todas as riquezas que eu sei e as que tu lhe carrearás por via dessas! (LOPES NETO, 2002, p. 11).

A Arqueologia compreende uma rede complexa de narrativas que estão vinculadas a outros segmentos. Assim, faz-se necessário compreender o entorno do bem patrimonial estudado, bem como todas as suas etapas de construção, desde o espaço até a comunicação, com o intuito de compreender suas facetas.

Neste capítulo, serão descritas a estância, a localização, a paisagem, a história de formação desde seus primeiros proprietários, as lendas que perpassam o imaginário popular. Através desses elementos, pretende-se construir uma imagem sobre este núcleo de moradia, a produção, a proteção da fronteira e os eventos históricos até a sua desativação em 1901, para a construção da nova sede, a Estância Nova do Jarau.

1.1 O pampa e a formação das estâncias

O Rio Grande do Sul caracteriza-se pelo clima e pela paisagem, propícia à atividade pecuarista, a cultura, os costumes, os habitantes por sua ocupação tardia. Foi terra de disputas territoriais entre portugueses e espanhóis.

A Estância Velha do Jarau está localizada na cidade de Quaraí (Figura 01), fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul com a cidade de Artigas, no Uruguai. É uma região fronteira; carrega as diferenças e as igualdades entre os países, os povos e as culturas, além de ser uma zona de circulação e movimento (TOLEDO, 2011).



Figura 01 - Mapa do Rio Grande do Sul.

Fonte: SIMIELE, M. H. Atlas Geográfico. Editora Ática. Ed. 33ª. São Paulo, 2000.

Com relação às regiões de fronteiras, como Quaraí, as antigas disputas territoriais foram fatores que levaram a compreender a sua formação histórica e cultural,

Quando se trata de fronteiras, tem-se que refletir sobre a seguinte questão: as fronteiras só adquirem significados se referenciadas as sociedades que as produziram. Assim a fronteira do século estudado (XIX) na região da campanha segue sendo um modelo de produção de conflitos. E neste caso, não se pode falar sobre a identidade de seu povo, pois, está a procura de uma delimitação do seu espaço e conseqüentemente sua identidade ainda não está consolidada (SANTI, 2004, p.63).

Nesse sentido, no século XIX, a fronteira entre Brasil – Uruguai esteve em processo de formação, por meio das disputas territoriais, caracterizando este espaço como um cotidiano guerreiro, no qual cada estancieiro defendia seus limites territoriais e seus interesses longe dos olhos do Estado, era um local de isolamento e de liberdade.

A cidade de Quaraí, no início do século XIX, pertencia ao município de Alegrete² e os conflitos fronteiriços iniciaram com a invasão lusitana à Banda Oriental, em 1811, e se prolongaram pelo século, até a Guerra do Paraguai, em 1870 (KUHN, 2007).

A estância, estrutura social e econômica, localiza-se no Cerro do Jarau, formação rochosa com onze cerros, referencial de proteção e observação, de modo que estas terras estavam, no século XIX, sob constante ameaça espanhola (THOMASI, 2010). Dessa forma,

(...) a fronteira é vista não somente como a extensão dos limites, mas como uma área de interação, de interdependência e de complementaridade. Espaço quase sempre preenchido por extensos campos, apropriados em sua grande parte pelos latifundiários, e com um sistema peculiar de cidades vizinhas, muito próximas, cuja base econômica foi sempre a troca de bens, serviço e homens. Existia uma singularidade na organização interna deste espaço em relação às trocas. Os fluxos eram típicos de uma produção baseada na pecuária extensiva, onde as tropas de gado se deslocavam ora para abastecer os saladeiros uruguaios, ora a charqueadas rio-grandenses. Este fluxo de homens e de mercadorias nos obriga aprender este espaço levando em conta a porosidade fronteiriça (SOUZA, 1995, apud SOARES, 2006, p.17).

Este conflito entre lusitanos e espanhóis também é uma característica presente na formação do Estado do Rio Grande do Sul, que tem como pampa, estâncias, produção de gado e fronteira, características a partir das quais se pode compreender o contexto formador deste local. De disputas e inconstâncias em que ora se está em um país, ora em outro, com diferenças próprias. Assim, falar de fronteira requer falar de “porosidade fronteiriça”, conforme apresenta o autor citado, local de troca de fatores, bens, pessoas, cultura, hábitos e língua.

E nesta porosidade também se encontra os habitantes do território que compreende atualmente ao Estado do Rio Grande do Sul, a de se citar os indígenas como os primeiros habitantes, dentre os grupos predominantes que povoaram o estado, tem-se os charruas, os guaranis, os minuanos e os caingangues.

As estâncias começam a surgir no estado do Rio Grande do Sul a partir do século XVII, eram espaços produtivos de criação de gado que tinham como objetivo

² A cidade de Quaraí foi fundada oficialmente em 08 de abril de 1875, até então pertencia a Alegrete (THOMASI, 2005, p.38).

central a própria subsistência. Estas estâncias de características missioneiras se instalaram no Rio Grande do Sul, com a finalidade de catequizar os habitantes nativos da América do Sul e marcar território, após a crise da igreja católica. Nestes núcleos havia uma hierarquia de funções.

O início do fim das missões vem com os ataques dos bandeirantes, sendo que o gado criado nas reduções para consumo ficou solto, desenvolvendo e reproduzindo-se livremente pelos campos. Mais tarde, o aprisionamento do gado xucro para a criação passou a ser uma atividade econômica muito lucrativa para a região.

Os núcleos de criação do gado *vacum* para comercialização remontam ao século XIX, como uma estratégia portuguesa de ocupação e de povoamento do território, com a distribuição de sesmarias nesta região.

Organizações complexas que ultrapassam o caráter de núcleo produtivo foram locais de delimitação de posses, poder, fronteiras, belicosidade, independência.

As intervenções arqueológicas colaboram para compreender a estância como uma organização complexa e repleta de peculiaridades, vista a partir do olhar da cultura material e imaterial. A distribuição de sesmarias e a conseqüente formação de estâncias era a forma que o Estado tinha de povoar e controlar o território do Rio Grande do Sul.

Posteriormente, delimitou as terras que serviam para a criação do gado, atividade comercial. E se tornou uma estrutura hierárquica na qual cada habitante possuía uma função. Sobre o caráter habitacional das estâncias:

Eram centros comunais onde a família do estancieiro mais os escravos e um punhado de homens livres - peões e suas famílias, aplicavam-se a dois tipos de economia. Os primeiros a uma economia natural, tirando da terra o que precisavam para o consumo e, os segundos, a uma economia mercantil tratando do gado (bovino). Além das mangueiras e poteiros necessários a este trabalho, a estância compreendia um conjunto de prédios, que foram constantes nas suas instalações porque estavam relacionados à elaboração dos produtos que, em maior ou menor grau, viriam a se constituir em mercadorias (MACEDO, 1964, apud GOMES, 2001, p.23).

A estrutura da estância do Jarau era composta pela sede local de morada do estancieiro e tem-se outras estruturas como: mangueiras, piquetes, currais, quinta ou pomar, senzala, cemitério, cacimba, além de porteiras de pedras (GOMES,

2001). Era comum nestas estruturas a cozinha ser separada do restante da casa por medo dos escravos manifestarem seu descontentamento com os patrões colocando fogo nas mesmas, como afirma Symanski (1998) apud Toledo (2011, p.73): “A cozinha ficava apartada ou totalmente separada da casa principalmente nos núcleos residenciais das classes abastadas”.

O estancieiro era a figura máxima da hierarquia e dependia dos peões e dos escravos, que eram a massa trabalhadora, para a proteção e a produção das estâncias. Estes recintos ficavam isolados geograficamente das cidades, eram grandes extensões de terras, que se delimitavam pelas fronteiras e por outras estâncias. Assim, elas eram quase autossustentáveis, pois produziam diversos produtos com exceção de alguns, como o sal. Estes núcleos tinham acesso a produtos manufaturados através dos mascates que eram vendedores nômades que traziam informações e produtos.

Os elementos naturais como a paisagem e a localização geográfica também eram levados em consideração nas construções das estâncias. Sobre este fato:

Os estancieiros geralmente construíam suas casas no topo das coxilhas, ou série de colinas cobertas de pasto, para poder defendê-las melhor. As primeiras casas eram feitas de taipa, com o teto de palha. As únicas aberturas eram uma porta na frente e um portão atrás, por onde os cavalos podiam penetrar no pátio interno, para proteção. Nos cantos das casas havia fendas suficientemente largas para dar passagem aos canos das espingardas. [...] Para sua própria proteção e para a proteção de seus animais, o estancieiro procurava se estabelecer em uma área cercada por limites naturais, como morros íngremes, matos impenetráveis, e melhor que tudo, rios profundos, pois dali não pode sair o gado vagabundo, e mais resguarda esta fazenda das depredações dos ladrões, e mesmo de viajantes (LAITMAN, 1979, apud GOMES, 2001, p.29).

A fronteira era uma terra sem lei, que precisava de constante alerta em função das guerras; neste sentido, foi entregue preferencialmente a militares. Era comum, também, o estancieiro possuir uma casa na cidade devido ao isolamento, à facilidade de acesso ao estudo e aos produtos. As estâncias possuíam gado bovino, equino e muar.

O principal produto da estância, o gado *vacum*, fornecia matéria para outros artefatos: couro, sebo, guampa, crina, carne para o churrasco. O estancieiro mantinha homens e mulheres sob sua proteção, sendo a autoridade máxima do entorno da estância. Sobre o líder, benfeitor e personagem líder da estância:

O estancieiro era reconhecido como um chefe, um líder, e mesmo o próprio comandante. Muitos deles receberam patentes militares as quais conferiam-lhes a legitimidade de sua autoridade, principalmente porque seus soldados também eram seus próprios peões. A necessidade de se defender por conta própria criou um ambiente de belicosidade nas estâncias, e refletia na própria arquitetura, como já vimos. Os caudilhos da fronteira tiveram participação direta nos conflitos rio-grandenses e platinos, tanto os fronteiriços quanto os internos (GOMES, 2001, p.41).

Estes núcleos eram espaços isolados, compostos por seus atores sociais - índios³, escravos, gaúchos, peões, que desempenhavam funções produtivas nas estâncias e militares nas defesas dos limites destas e nas guerras, tendo como líder o estancieiro.

Por volta de 1822, quase todas as terras já haviam sido doadas; a partir desta data, as terras eram adquiridas através de compras, de heranças, de doações (SANTI, 2004).

A posse das terras foi legalizada no Rio Grande do Sul com a Lei das Terras de 1850. Até o cumprimento desta lei, sobre a demarcação de terras, através de elementos geográficos:

O domínio das terras era demarcado por elementos geográficos, tais como rios, riachos, arroios, sangas, cerros, capões de mato, boqueirões, serras e marcos de pedra, não existia o alambrado. As divisas foram demarcadas inicialmente com cercas de pedras, valos e de pau a pique, em pequena escala. Eram cercados aos currais, as mangueiras e as encerras para manuseio do gado doméstico (SANTI, 2004, p. 24).

No caso da Estância Velha do Jarau, a mesma era demarcada por cercas de pedra, que comprovam o início da atividade pecuarista, e pelos elementos naturais. O limite entre Brasil e Uruguai é o Rio Quaraí que separa a cidade de Quaraí da cidade uruguaia de Artigas. Aliás, neste aspecto, sobre os limites das estâncias por elementos naturais, a Estância Velha do Jarau:

O sítio apresenta-se muito bem servido por este elemento, a água, que constitui em sua paisagem uma importante característica. Tendo como limites dois arroios Garupá e Quaraí-Mirim, na distância aproximada de 20 Km, em sentido oeste, encontra ainda o rio Quaraí (GOMES, 2001, p.13).

³Com o término das missões os índios que faziam parte das missões, incorporaram-se às estâncias.

A Estância Velha do Jarau foi construída estrategicamente, tendo como elemento o Cerro do Jarau, que servia como estratégia de proteção e observação. A referência à Estância está ligada a este elemento natural, o Cerro do Jarau. Na foto abaixo (Figura 02), tem-se a visão do mato e de cercas de pedra, que estão presentes no Cerro do Jarau; o elemento pedra servia como matéria-prima para a demarcação das terras.



Figura 02 - Foto de cercas de pedras no Cerro Jarau, ao fundo o arroio Garupá.
Fonte: Foto da autora.

Sobre o Cerro, uma formação rochosa que se destaca na paisagem do pampa:

Na área interfluvial dos arroios Quaraí-Mirim e Garupá, a feição geomorfológica mais expressiva é o relevo residual denominado cerro do Jarau [...] apresenta-se como uma estrutura circular interiormente erodida, sua feição geomorfológica é parte de um domo estrutural de forma elíptica, mais elevado na sua borda norte, o que lhe confere um aspecto assimétrico. O cerro do Jarau apresenta-se recortado por entalhes fluviais profundos no seu interior e destaca-se topograficamente na área, sendo observável a distância, registrando nas áreas mais elevadas altitudes entre 209 e 308m (JUSTUS, 1986, apud GOMES, 2001, p.10).

De acordo com JUSTUS (1986) apud GOMES (2001), é uma estrutura que serviu como forma de proteção e referencial geográfico. Forma uma grande “parede” de pedras, abrigo de flora e de fauna. Na figura abaixo (Figura 03), pode-se visualizar o mapa do Rio Grande do Sul, com destaque para a cidade de Quaraí, na qual aparecem as divisas da parte em que se localiza o astroblema⁴, destacado em laranja, e o Cerro no qual localiza-se o Sítio Arqueológico.

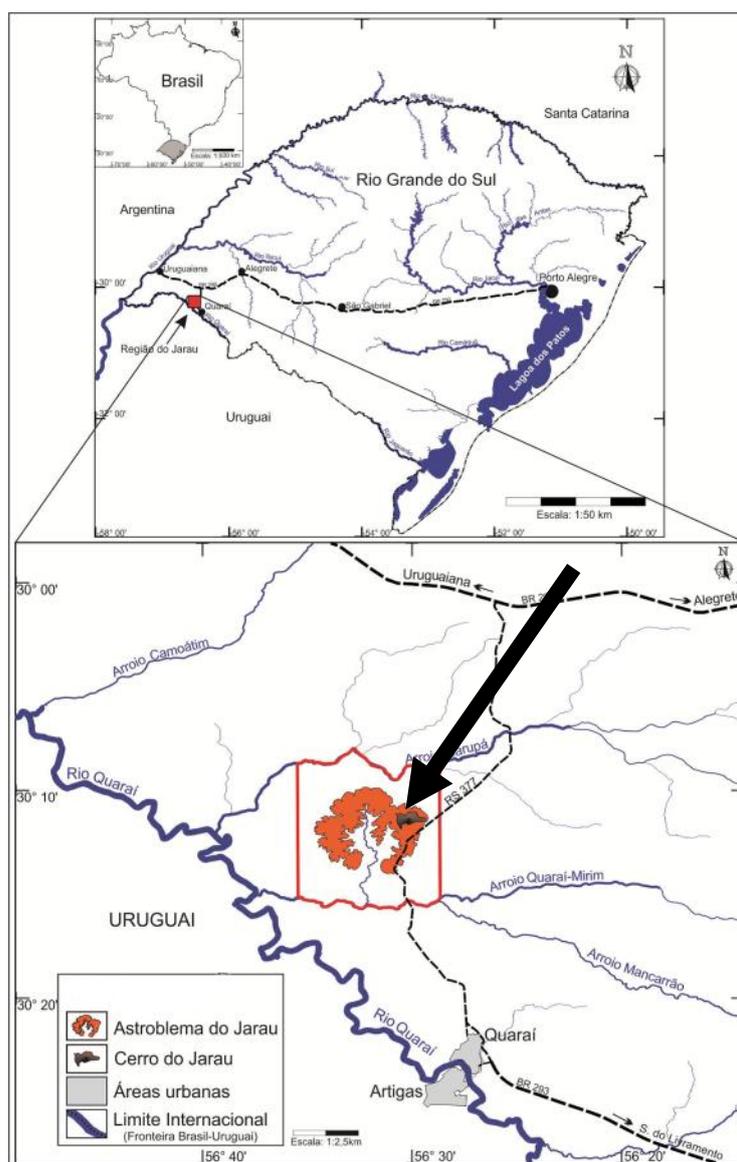


Figura 03 - Mapa como destaque ao astroblema do Jarau e ao Cerro (Modificado pela autora).

Fonte: ALVES, 2012.

⁴ Astroblema, em Geologia, significa a formação ocasionada pelo impacto de um meteorito.

Na figura abaixo (Plataforma 01), tem-se uma plataforma de fotos que por si só, enquanto um patrimônio natural, exemplifica a importância geográfica⁵ do Cerro, um astroblema formado pela queda de um meteorito que está em estado de erosão, atingindo 200 metros de altura (CRÓSTA, 2008):

⁵Mais informações sobre a formação do Cerro do Jarau ver: http://sigep.cprm.gov.br/propostas/Astroblema_Cerro_Jarau_RS.htm

Plataforma 01 - Imagens do Cerro do Jarau

O Cerro do Jarau foi o palco da Lenda Salamanca do Jarau, de João Simões Lopes Neto, e estratégia de proteção da Estância Velha do Jarau, Cerro com 200 metros de altura.

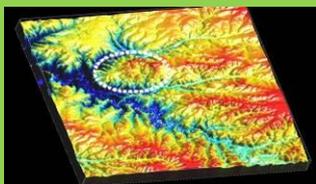
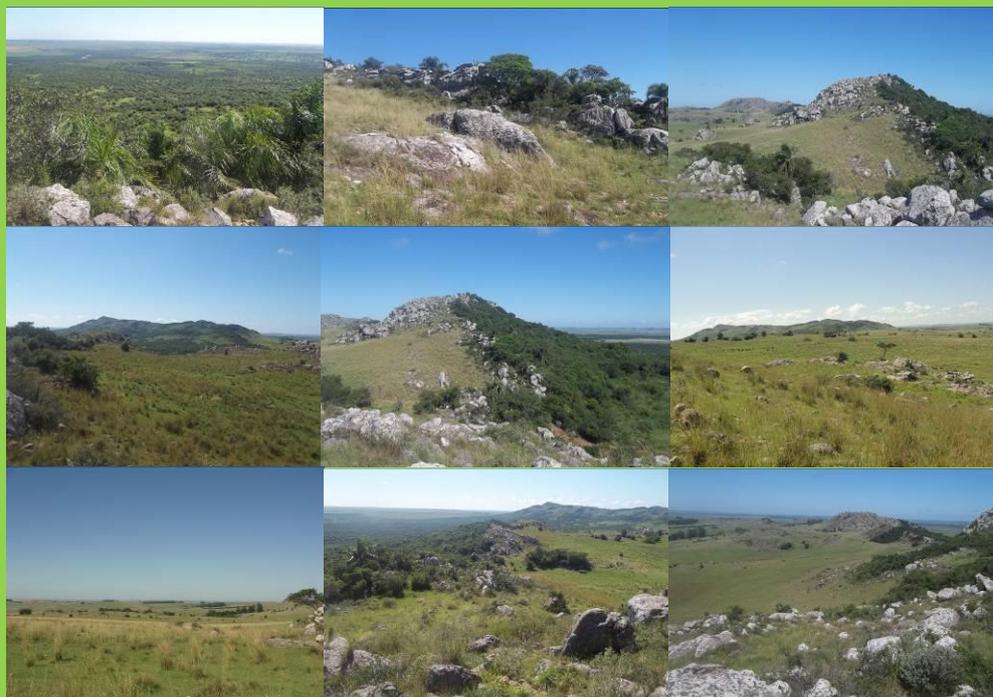


Imagem de satélite em 3d do Cerro.

Retirado

de: http://sigep.cprm.gov.br/propostas/As_troblema_Cerro_Jarau_RS.htm

O Cerro do Jarau é uma paisagem turística, que se destaca nos campos dos pampas. É uma formação rochosa que chega até 200 metros de altura, formando um semicírculo. De acordo com pesquisas realizadas na UNICAMP, o Cerro do Jarau é um astroblema (cratera formada por um meteorito em avançado estado de erosão).

PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA ESTÂNCIA VELHA DO JARAU PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA

Aluna: Priscila Linassi

Orientador: Saul Eduardo Seiguer Milder

Dentre as guerras ocorridas no século XIX, de acordo com GOMES (2001), duas merecem mais atenção: a Guerra Cisplatina e a Revolução Farroupilha que, devido à relação com os habitantes da Estância Velha do Jarau, devem ser mencionadas.

A Guerra Cisplatina consistia nos conflitos territoriais entre Portugal e Espanha, pelo território do Uruguai. O Uruguai era considerado território português, mas era habitado por espanhóis. Esta guerra acabou em 1828 com a fundação da República Oriental do Uruguai, atenta-se que Quaraí faz divisa com terras uruguaias.

A Revolução Farroupilha foi um conflito que ocorreu entre 1835 e 1845 e surgiu do descontentamento dos estancieiros com o aumento dos impostos sobre o charque e outros produtos. Experientes em disputas, os estancieiros, homens políticos, resolveram se rebelar contra o império, através da Revolução Farroupilha que tinha fortes ideias federalistas.

O gaúcho que vivia do aprisionamento do gado xucro, agora peão, escravo, índio e estancieiro, que fazia parte da estrutura da estância, formava o exército sul-rio-grandense que iria defender os ideais da Revolução. O que influencia em partes esse sentimento de orgulho da população pela Revolução é a coragem que tiveram os rebeldes de lutar por seus direitos, abandonando suas estâncias em busca de um ideal. Essa participação do gaúcho na Revolução e em outras guerras contribuiu para constituir o mito do gaúcho. Foram conferidas a este qualidades e virtudes que, nos dias atuais, são reverenciadas.

De acordo com Gomes (2001), durante o século XIX, a Estância Velha do Jarau era composta por três sesmarias de terras e tendo como referencial e ponto estratégico bélico o Cerro do Jarau, uma formação rochosa que se destaca na paisagem do local. Este Cerro é popularizado por ser o cenário da lenda da Salamanca do Jarau, descrita pelo autor João Simões Lopes Neto, que permeia a Estância, influenciando a formação da sua história e tornando-se um atrativo para a população.

A Estância foi produtiva, tendo um papel importante na economia do Estado. A principal atividade econômica desta era a pecuária; uma diferença marcante das estâncias missioneiras é a presença do trabalho escravo africano. A Estância foi muito produtiva, tendo um papel importante na economia do Estado; a principal

atividade econômica dessa era a pecuária. Assim, a estância é um local “construído historicamente”, (GOMES, 2001). Neste sentido, cumpre ressaltar também:

A descrição de um ambiente “construído historicamente”, formado por longas pradarias, representam no plano ficcional a liberdade e a solidão dos povoadores do lugar. Liberdade que será vista no discurso sobre o homem da Campanha, solidão que se manifesta pela ausência dos aparatos burocráticos do Estado (GOMES, 2001, p.15).

Conforme o autor é um local típico e com características próprias que o definem e o tornam singular como um espaço de constante disputa, no qual cada estancieiro defendia seus limites territoriais e cuidava da sua estância defendendo seus interesses com seus habitantes, formavam seus exércitos, preparados para qualquer situação (GOMES, 2001).

O registro fotográfico da estrutura da casa, sede da estância, pode-se verificar na foto abaixo (Figura 04). Nela, o autor do livro “Campos Realengos”, de 1983, trata das estâncias da fronteira do Rio Grande do Sul.



Figura 04 - Raul Pont, 1961, nas ruínas da Casa Sede da Estância Velha do Jarau.
Fonte: PONT, 1983.

As ações deflagradas por Pont (1983) trazem registros das estâncias da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Na foto acima, pode-se verificar os vestígios

arquitetônicos remanescentes da estância, 1961, na qual aparece a vegetação encobrindo a estrutura; eram sedes simples, que serviam de moradia, apresentavam um aspecto funcional, com casa sede, senzala, mangueiras, galpões. Na estrutura, pode-se perceber a irregularidade do tamanho das pedras, uma espécie de abertura que aparece logo ao lado do autor. Na foto abaixo (Figura 05), pode-se observar um pedaço de uma estrutura arquitetônica remanescente da Estância, formado por pedras irregulares e coberto por uma espécie de reboco externamente.



Figura 05 - Pedaço da estrutura remanescente da Estância Velha do Jarau, 1999.
Fonte: Acervo LEPA/UFMS

As estruturas da estância são descritas a seguir:

As estâncias pintalgaram todos os recantos desmatados. As terras onduladas (não planícies, como dizem geógrafos conspícuos e não repórteres apressados) povoaram-se de gente e de gado, mais de gado do que de gente; os estabelecimentos pastoris, com sedes no geral modestas (casas baixas, de duas águas quando não de meia água, piso de terra batida e muitas vezes sem forro, em contraste com as casa grande do Brasil canavieiro e cafeeiro) e os galpões onde se abrigava o pessoal e os bichos, os ranchos rústicos dos agregados e dos posteiros, as mangueiras e as cercas de pedra [...] assinalavam os traços gerais da lenta estilização da paisagem (PRUNES, 1964, apud GOMES, 2001, p.32).

As estâncias como estabelecimento social são estruturas com regras próprias. Dentro deste espaço, nessa estrutura, defende-se o território, as pessoas e os animais. Famílias se formam e vivem sob a proteção e a dependência dessa estrutura.

O Rio Grande do Sul, um Estado demarcado pelas fronteiras, inseriu-se na economia brasileira através do comércio das mulas no século XVIII, após, influenciando a economia com o trigo, o couro e o charque. Em 1790, o charque começou a ter importância como atividade econômica. A produção somente despontou no século XIX quando o charque era vendido para as áreas com grande concentração de escravos. A produção do charque ocorreu em regiões de pecuária extensiva. Sobre a pecuária extensiva:

Durante a maior parte dos conflitos Farrapos eram senhores incontestáveis das pastagens da campanha e também controlavam o movimento do gado das terras que os brasileiros possuíam na Banda oriental. O fluxo de gado seguia duas direções: para Montevidéu, que era geralmente pró-farrapo, e para a região da Laguna, no Rio Grande do Sul (LEITMAN, 1979, p. 123 – 147).

As estâncias eram centros econômicos autônomos que mantinham relações comerciais com os países que faziam fronteira com o Rio Grande do Sul. A Estância Velha do Jarau, enquanto estabelecimento habitacional e núcleo produtivo no Rio Grande do Sul, data do século XIX, bem como outras estâncias da fronteira Sudoeste que constituem uma referência para a identidade cultural do Rio Grande do Sul (GOMES, 2001).

Os estabelecimentos das estâncias eram estratégias de povoamento Luso nas regiões de delimitações de fronteiras e centros de economia, com a criação de gado *vacum*⁶, como a principal atividade baseada no trabalho escravo, que iniciou com o consumo de couro e de carne, e posteriormente de charque, que ocorreu mais intensamente no final do século XIX e início do século XX (SANTI, 2006)⁷.

⁶Tem-se registros de 1955, quando os vicentinos espanhóis trouxeram do Paraguai exemplares de gado *vacum* da espécie *Bos Taurus*, para a margem esquerda dos Rios Paraná e Prata. Mais tarde, veio do Peru grande quantidade de animais cavalares; estes animais em grande quantidade povoaram os campos sulinos (FREITAS, 1987, p.70).

⁷ De acordo com Santi (2006), as charqueadas no Rio Grande do Sul começam a despontar no final do século XIX.

Quanto à utilização de mão de obra escrava nas estâncias, esta era essencial para a importância da economia na sociedade rio-grandense. De acordo com Kühn (2007, p.70), os escravos não eram aprisionados nessas estruturas e alguns desempenhavam o papel de capataz e peão. Estes moravam dentro dos limites das estâncias, no qual podiam produzir pequenas plantações para o consumo, além de criar outros animais como porcos e galinhas (SANTI, 2004).

As guerras eram intensas no século XIX e é neste cenário que surgem o estancieiro comandante e o peão-soldado, assim como as outras classes sociais que compõe as estâncias (GOMES, 2001).

As estâncias se configuravam como locais de defesa e de fornecimento de soldados e comandantes, habitação e núcleo produtivo. E é nesse contexto que se encontra a Estância Velha do Jarau. Lugar de pecuária extensiva na qual seus moradores utilizavam os recursos do meio para sobreviver. O único acesso a produtos para compra ocorria através dos mascates, que eram vendedores que visitavam as estâncias vendendo os produtos ou nas cidades mais próximas.

A seguir, faz-se referência às personalidades líderes da estância, que não a reduzem a sua elite e contextualizam como parte igual aos outros componentes sociais desta, para compreender o perfil dos líderes que a dirigiam e reconstituir e caracterizar alguns aspectos que facilitem a captação desta estrutura. Uma estância depende de uma estrutura que é necessária para se manter um estancieiro na fronteira e ao mesmo tempo na guerra. Escravos, indígenas, gaúchos, peões, homens e mulheres formavam estas estruturas, grupos necessários para o funcionamento da estância, verdadeiros núcleos sociais.

As construções da Estância Velha do Jarau iniciaram com seu primeiro proprietário, Maneco dos Santos Pedroso por volta de 1817 (THOMASI, 2010). Destacamos que entre seu bando, que era composto por homens livres que construíram as mangueiras de pedra que cercam a estância, de acordo com Thomasi (2010), falava-se de uma “Guarda do Jarau” que protegia a fronteira dos ataques de Artigas, Sotel, que seria comandada por Maneco Pedroso, militar que entre outras batalhas tomou as Missões Jesuíticas de São Martinho, em 1801, juntamente como um grupo armado; depois ocuparam São Nicolau e São Borja. De

acordo com Gomes (2001), um dos soldados de Maneco Pedroso era Bento Manuel Ribeiro⁸.

Maneco Pedroso era um homem livre. De acordo com Ribeiro (2010, p. 230), “era filho de tropeiro vindo de Curitiba, afazendado no passo do Sarandi, pai natural de muitos filhos mestiços com diversas índias”, era um mameluco que falava fluentemente guarani e, pelos serviços prestados à Coroa Portuguesa da tomada de terras que estavam sob domínio espanhol, recebeu a Estância de São Pedro, mas jamais chegou a ocupá-la, pois partiu para Quaraí e morreu em Taquari muito pobre.

O Jarau serviu como refúgio para a tropa de Maneco que contava com aproximadamente 150 homens frente à tropa de Artigas, que contava com aproximadamente 900 homens (GOMES, 2001).

A estância de Maneco Pedroso passa, sem registros de como ocorreu, a transação para Bento Manoel Ribeiro que, em 1828, inicia a criação de gado e cavalos, além de habitar e construir as outras instalações da Estância Velha do Jarau. Militar de carreira, em 1823, já era Coronel, homem muito rico e poderoso, estrategista militar, polêmico quanto as suas atitudes frente à Revolução Farroupilha que ora apoiava os estancieiros sul-rio-grandenses, ora apoiava o império.

Bento Manoel Ribeiro desenvolveu uma atividade pecuarista. Marechal, era um grande estancieiro. Somente no Município de Alegrete seus herdeiros declararam 71.879ha de terras no Registro Paroquial de Terras do Alegrete. Não existem registros da forma de apropriação, pois, segundo Garcia (2005), “curiosamente” esses dados foram omitidos.

Este personagem deve ser considerado como uma importante força política na Revolução Farroupilha; a guerra fez parte de sua vida durante a sua moradia na Estância Velha do Jarau. De acordo com Barbosa (2009), o núcleo familiar no período da guerra desempenhava um papel de uma base de recolhimento. Os casamentos, por exemplo, eram contratos que levavam em consideração a herança, o status social e a possibilidade de ascensão, bem como as estratégias. O chefe do núcleo familiar geralmente era militar em períodos de guerras e participava das lutas e retornava para o seu forte familiar. Na maioria das vezes, as estâncias eram

⁸ Este fato de Bento Manoel Ribeiro ser soldado de Maneco dos Santos Pedroso, pode explicar o fato de a estância ter passado a Bento Manoel Ribeiro.

propriedades preparadas para enfrentar invasões. Dessa forma, os militares da Revolução Farroupilha possuíam dois tipos de vida, a pública e a privada.

Por realizar a defesa da fronteira, Bento Manoel tinha sob seu comando uma brigada e uma cavalaria ligeira⁹ (GOMES, 2001). A estância tinha uma importância substancial para as charqueadas, pois fornecia a matéria-prima.

Bento Manuel Ribeiro era natural de Sorocaba - São Paulo, filho de um tropeiro, veio com seis anos de idade para o Rio Grande do Sul, escolheu pela carreira militar influenciado pelo seu irmão Gabriel Ribeiro de Almeida; como militar, chegou ao posto de General do exército farroupilha e brigadeiro do exército imperial. Casou-se em Caçapava do Sul, em 1807, com Maria Manso da Conceição, e deste casamento nasceram onze filhos. Tornou-se uma figura popular na Revolução Farroupilha por trocar de lado por duas vezes. Foi dono da Estância Velha do Jarau e possuía casa no município de Alegrete.

Associado a uma das lendas mais difundidas no Rio Grande do Sul, a Salamanca do Jarau, de João Simões Lopes Neto, no mito o militar realiza um pacto com o Diabo, este pacto com a princesa Moura encantada foi o que ocasionou sorte nas lutas, poder e dinheiro. Essa lenda pode ter sido associada a Bento Manoel pelo fato dele ser considerado um traidor, ser paulista e um brilhante estrategista se destacando nos combates em que atuava na Revolução Farroupilha.

Tem-se registro de cartas, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (2009, p. 50), enviadas por Bento Manuel Ribeiro e recebidas por ele neste local durante a Revolução Farroupilha que dizem o seguinte: “Deos Guarde a V.S. Quartel General no Jaráo 15 de dezembro de 1839”. Dessa forma, Bento Manuel residia na Estância Velha do Jarau e atuava na revolução deste local.

Bento Manoel Ribeiro morre em 1855 e até 1864 fica uma lacuna sobre a ocupação da Estância. Em 1864, de forma incerta, a Estância passa a ser propriedade de Olivério Francisco Pereira, que também era militar. Devido ao isolamento territorial da Estância Velha do Jarau e a sua posição de demarcação fronteira, a posse por militares era uma estratégia de demarcação territorial. A Estância Velha do Jarau foi desativada entre os anos de 1905-1907, sendo construída uma nova sede - a Estância Nova do Jarau (TOLEDO, 2011). De acordo

⁹Cavalaria se define como o combate ofensivo e defensivo montado em um cavalo, animal muito utilizado em guerras como arma, defesa e meio de transporte. Cavalaria ligeira remete à rapidez do combate a cavalo.

com GOMES (2001), em um de seus documentos de Apparicio Martins de Souza, oficial do Registro de Immoveis do Município de Quarahy são descritas as estruturas da Estância:

CERTIFICO, por me haver sido verbalmente pedido que revendo neste cartorio os livros do Registro de Immoveis, nelles acha se registrado o immovel sito no primeiro Distrito deste Municipio de Quaray, logar denominado "Jarao", com as seguintes características. "Na casa de material da estancia de "Jarao", com onse peças com quatro galpões, sendo um construido de tijollos e zinco e três de pedra cobertos de capim com quatro mangueiras sendo duas de pedra e duas de madeira e arame com dois banheiros carrapaticidas sendo um para gado e outro para ovelhas com installação de agua e moinho de vento e com uma installação eletrica com respectivo motor gerador de energia, avaliado por 60:000\$000: Somente a quantia de 45:000\$000, No campo de criação da estancia de Jarao, com sete mil seiscentos e vinte e três (7.623) hectares situado no primeiro Distrito limitando com campos de Danilo e Sady Pereira, com o rio Quarahy, com a estancia da Gloria e com o rio Quarahy Mirim, havido pela inventariante de seu pae Oliverio Pereira digo, Oliverio Francisco Pereira, no inventário deste, procedido pelo Cartorio de Orphãos desta Comarca em mil oitocentos noventa e oito é julgado por sentença, [...].

(verso)

[...] contidos na letra A da planta junta aos autos do inventariado de cujos os quaes limitam com o arroio Quaray-Mirim, com o rio Quaray com os campos de Sady e Danilo Pereira e com as áreas B e C ora partilhadas aos herdeiros Doutor Aldo Pereira Giúdice e Clelia Giudice de Castro, casada com Francisco José de Castro, respectivamente, e de propriedade de Dona Josephina Pereira Giudice, conforme o inventario procedido no fôro de Livramento e julgado por sentença de 14 de outubro de 1931. [...].

O referido é verdade e dou fé.

Quarahy, 19 de Agosto de 1932

Apparicio Martins de Souza
go notario e official Registro Imóveis
(GOMES, 2001, p.67)

De acordo com o documento acima, em 1932 já se identificam as seguintes estruturas, em casa de alvenaria de pedra: onze peças, dentre galpões, sendo três de pedras, cobertos com capim, uma de tijolo e zinco. Já as mangueiras, duas de pedras e duas de madeira e arame, delimitação das terras e formação das estâncias, bem como o apresamento do gado xucro. Outra evidência presente na citação são os banheiros, um para o gado e outro para as ovelhas, evidenciando a criação destes animais e os cuidados com os mesmos. Das sete estruturas não descritas, podemos inferir casa sede e as demais divisões, dentre as quais um moinho de vento comum em estâncias para o abastecimento de água, bombeada através do vento. Esta estrutura é de 1932, depois da desativação da Estância Velha

do Jarau, mas colabora para construirmos a estrutura da estância, bem como do seu funcionamento, quando Olivério Pereira morre.

Com a morte de Olivério Pereira, a Estância fica dividida entre seus dois filhos, Josephina e Davi, filhos de Olivério com uma índia guarani remanescente dos índios guaranis missioneiros, chamada “Bugra” (THOMASI, 2010). Josephina fica com a parte da Estância Velha do Jarau e Davi com a parte norte, atual fazenda Santo Onofre. A Bugra permanece vivendo na Estância e sua estadia pode ser um dos elementos curiosos da mesma, no “buraco da bugra” (GOMES, 2001).

Josephina se casa com Olympio Giuduce, um comerciante, e estabelecem moradia na Estância Velha do Jarau. Desta relação nasceu um filho, Aldo Pereira Giudice, no qual são citados no trecho do documento anterior.

A Estância Velha do Jarau continua em funcionamento até o ano de 1905 quando, em decorrência de um incêndio que ocorreu provavelmente na cozinha, foi desativada. A constatação do incêndio se deve aos indícios arqueológicos encontrados no local, como carvão, louça queimada, terra com aspecto de queimada (TOLEDO, 2011, p.91). Outro fator que pode ter ocasionado sua desativação foi a construção de outra estrada, sendo construída uma nova sede, a Estância Nova do Jarau.

1.2 A Lenda

A Estância Velha do Jarau é conhecida no Rio Grande do Sul e no Brasil não apenas por seu potencial como Sítio Arqueológico, histórico, sua localização, mas também porque ganhou destaque devido ao escritor sul-rio-grandense João Simões Lopes Neto (1816-1916) (Figura 06). Este escritor, autor de *Lendas do Sul*, de 1913, fez nascer entre as pedras do Cerro do Jarau a Lenda que perpassava a Estância nas proximidades do Cerro: A Salamanca do Jarau. Nessa obra, o autor apresenta três histórias de grande destaque nas lendas gaúchas: M'boitatá, o Negrinho do Pastoreio e a Salamanca do Jarau.

A lenda da Salamanca do Jarau permeia o ambiente da Estância, já inspirou produtos midiáticos, inclusive aparece nas primeiras estrofes do hino tradicionalista

gaúcho, de autoria de um dos fundadores do Movimento Tradicionalista Gaúcho, Barbosa Lessa.

Nessa lenda, no Cerro do Jarau, mora a princesa Moura, encantada, mulher mítica, com poderes, que possuía ligação direta com o diabo vermelho ou o Anhangá-Pitã (diabo dos índios) que transformou a princesa Moura em Teiniaguá. Essa lenda é uma mistura de outras lendas espanholas dos povos mouros, com a própria história da Estância e de seus personagens, como a Bugra citada anteriormente que morava nas mediações da Estância.

O Cerro é o indicador da memória da lenda e da figura de Bento Manoel Ribeiro que, de acordo com a lenda, encantado pela Teiniaguá, ficou rico e conseguiu sucesso na carreira militar. A lenda tem um personagem que exemplifica o arquétipo do gaúcho, Blau Nunes, figura forte e representativa que consegue se livrar dos encantos da princesa Moura, de honra, bravura.

O palco da lenda que atravessou as fronteiras do Rio Grande do Sul mostra uma mestiçagem de raças da formação do estado, uma mistura de indígenas¹⁰, árabes e espanhóis, comprovando, nessas influências de diferentes povos, a fronteira em transição, em movimento.

Lendas do Sul tem por objetivo a busca da composição étnica, histórica – e por que não dizer – até mesmo antropológica da civilização gaúcha, através de seus tipos principais, representados cada qual por uma narrativa: o índio, o árabe e o espanhol, o português e o negro (HOHLFELDT, 1996, apud DE PAULA, 2010, p.270).

A história é narrada por Blau Nunes, um típico gaúcho que representa as virtudes conferidas a este símbolo do Rio Grande do Sul, a identidade deste povo, este herói sul-rio-grandense com sua bravura, caracterizado como pobre, bem apessoado que andava pelos campos deste pampa na busca pelo boi barroso, até o Cerro do Jarau.

¹⁰Entre os índios que habitavam o Rio Grande do Sul, na região do Yapejú que corresponde à Estancia Velha do Jarau, pode-se citar os Charruas.



Figura 06 - Foto de João Simões Lopes Neto
Fonte: <http://www.paginadogaicho.com.br>

João Simões Lopes Neto se inspirou na lenda da Salamanca de origem espanhola que chegou à América do Sul através da colonização espanhola na Província da Prata. Essa lenda espanhola se referia à sacristia subterrânea da Igreja de São Cipriano, na Espanha, e também comum a outras localidades como Córdoba e Toledo. O autor teve acesso à lenda através das histórias que eram contadas na fronteira. Tem-se registros do autor visitando a cidade de Uruguaiana na qual seu pai residia na administração de uma estância (DINIZ, 2003, p. 63).

Nessas cidades, existiam escolas de magia muito famosas comandadas pelos mouros vindos da África da região da Mauritânia (DE PAULA, 2010). A Salamanca do Jarau se assemelha em muitos elementos com a lenda espanhola, por toda a sua magia, encantamento da Moura, que misturava as diferentes raças de negro, espanhol e inclusive indígena.

Na Espanha, Salamancas são cavernas encantadas. Na história de Lopes Neto, a caverna encantada encontra-se no Cerro do Jarau, lugar que encanta pela bela paisagem, formada de pedras. O Cerro abriga a caverna em que seus labirintos se sucedem à lenda.

Quanto ao lagarto que faz parte da lenda, também aparece em obras europeias como a do escritor francês Gustave Flaubert (1821-1880) “A Tentação de Santo Antão” (1874): “Verás, dormindo sobre prímulas, o lagarto que só desperta de

século em século, quando cai de maduro o rubi que tem na testa” (FLAUBERT, 2004, apud DE PAULA, 2010, p. 101).

A lenda trata do personagem Blau Nunes, um homem simples, que traz características do povo que vivia nos pampas, que em suas viagens pelos pampas gaúchos se depara com um vulto no Cerro do Jarau que lhe conta a sua história e o porquê de se encontrar naquele local.

O vulto era o sacristão e estava preso na Salamanca do Cerro do Jarau; foi preso pela princesa Moura encantada, que foi transformada em Teiniaguá pelo Anhangá-Pitã, que através dos seus encantos e magias enfeitiçou o sacristão e levou-o ao pecado. A cidade de origem deste encantamento é São Tomé, que faz divisa com a cidade de São Borja, região fronteira. O sacristão levava uma vida tranquila no ofício do seu sacerdócio, até que um dia se deparou com a Teiniaguá, lenda da qual conhecia. Quem prendesse a Teiniaguá ganhava em troca muita riqueza.

Após cair em tentação por sua ambição e pelos encantos da Teiniaguá e se envolver, foi descoberto e refugiou-se com a princesa Moura na Salamanca no Cerro do Jarau, onde estava preso há duzentos anos. Este ofereceu para Blau a chance de lhe salvar e desfrutar das riquezas; para que isso acontecesse, era preciso apenas passar por sete provas, que demonstrariam seus valores.

Blau aceitou e conseguiu passar por todas, mas caiu na tentação da princesa Moura, pois a queria ao invés de todos os outros benefícios como mulheres e riquezas. Ganhou por sua bravura e força uma onça de ouro mágica que se multiplicou e lhe trouxe riquezas, mas Blau percebia que essa riqueza era amaldiçoada e não valia saciar a sua ambição. Dessa forma, voltou à Salamanca do Cerro e devolveu ao sacristão o presente, falando três vezes o nome santo, quebrando o encanto. No final, Blau ficou pobre novamente, mas feliz por poder voltar aos seus costumes - o mate e o churrasco.

Ao longo da lenda, pode-se perceber vários elementos constituintes da própria história da estância e do local: as influências espanholas que colonizaram a banda oriental do Uruguai, a referência indígena que aparece no diabo e na memória social levada pela população, bem como da catequização indígena, representada pelo sacristão, as lendas das Salamancas, furnas espanholas que

encontraram respaldo na estrutura física do Cerro, o homem típico do pampa que antes das delimitações de terras vivia livremente do apresamento do gado xucro.

Além de todos esses elementos, faz-se referência a mais um, o estancieiro Marechal Bento Manoel Ribeiro, homem polêmico que carrega em si a memória social de ter vendido a sua alma à Teiniaguá, conseguindo passar pelas sete provas e em troca recebeu poder e dinheiro. Homem popularizado que adentra o Cerro de suas terras ao encontro da princesa Moura encantada, formosa, transformada em Teiniaguá pelo diabo dos índios Anhangá-pitã com quem faz um pacto que lhe confere vantagens na guerra e na sua vida financeira. Pode-se dizer que o Cerro confere à Estância um lugar lendário que desperta a curiosidade pelo encontro com a Teiniaguá do Cerro do Jarau.

Barbosa Lessa (1998) trouxe para o tradicionalismo a influência desta lenda no hino do movimento tradicionalista gaúcho: “Eu agradeço a Salamanca do Jarau por me ensinar o que aprendeu com o velho Blau: com alma forte e sereno coração achei meu rumo para sair da escuridão.” (BARBOSA LESSA, 1998). A coragem e a identificação do tradicionalismo com a lenda demonstram como ela se difundiu no imaginário popular, sendo uma referência de identidade do homem típico com qualidades do Rio Grande do Sul, o Gaúcho, figura mítica, alusão às estâncias e ao peão.

CAPÍTULO 2 – SÍTIO ARQUEOLÓGICO ESTÂNCIA VELHA DO JARAU: COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA, LEGISLAÇÃO E MUSEU

Sem peso de dores nos ossos e nas carnes, sem peso de ferros no corpo,
sem peso de remorsos na alma passei o rio para o lado no Nascente
A teiniaguá fechou os tesouros da outra banda e juntos fizemos então
caminho para o Cerro do Jarau, que ficou sendo o paiol das riquezas de
todas as salamancas dos outros lugares. (LOPES NETO, 2002, p.14)

A partir de uma abordagem a respeito do Sítio Arqueológico, RS-Q-17, Estância Velha do Jarau, vem à tona no que consiste o patrimônio arqueológico deste sítio, quando e como foram coletados do solo, o local no qual estão armazenados. Para responder a esses questionamentos, este capítulo trata desses patrimônios, seu destino após a coleta, a sua relevância evidenciada nas pesquisas, bem como os frutos e as narrativas históricas construídas a partir desta cultura material.

As intervenções arqueológicas no Sítio foram realizadas sob a coordenação do Arqueólogo Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder. Estas prospecções originaram pesquisas que vêm sendo desenvolvidas desde a primeira intervenção que ocorreu em 1997 até a última em 2003. São quase 20 anos de pesquisas, de pesquisas deste patrimônio de relevância nacional.

2.1 As intervenções realizadas no Sítio

Nas intervenções arqueológicas realizadas na Estância, foram coletados diversos materiais como louças, vidros, metais e vestígios alimentares; estas coletas foram documentadas através de fotos e diários de campo. De acordo com as pesquisas desenvolvidas, evidenciaram-se alguns aspectos da forma de vida dos habitantes, da estrutura da Estância e de sua funcionalidade. Tais aspectos serão abordados neste capítulo.

Em um importante processo minucioso de pesquisa arqueológica foi posta à tona a cultura material do espaço que testemunhou anos de habitação, desvendando informações destes atores sociais, que vivia adormecida.

A cultura material evidencia a realidade das pessoas que habitavam este local, os objetos que faziam parte do cotidiano, tanto dos líderes da estância como dos que desempenhavam funções necessárias ao funcionamento do núcleo como escravos, peões, homens livres que se adaptaram à estrutura da Estância, e foi analisada através de todos os seus aspectos.

Esses patrimônios, coletados nas intervenções, quando disponibilizados à comunidade por meio de uma proposta de exposição, atuarão como interventores na medida em que a sociedade tiver acesso a estes patrimônios e (re)conhecer registros de culturas pretéritas, que fazem parte do presente a partir do momento que entram em contato com a população e, dessa forma, podem atuar na sociedade atual, na medida em que se tem acesso a objetos que existiram na realidade de uma sociedade pretérita. Esses objetos coletados pelas intervenções arqueológicas possibilitam entender o contexto histórico e cultural da região. Com a disponibilização deste patrimônio à sociedade, procura-se tentar atingir a mesma, disponibilizando o patrimônio para apreciação e interpretação destes acessos.

O material coletado e pesquisado colabora para a compreensão das relações existentes nesta estrutura denominada estância, para a compreensão do cotidiano da mesma, dos usos e dos costumes formadores de identidades, de atitudes ou simplesmente formas de suprir as necessidades cotidianas de uma sociedade estruturada. Assim, foram realizadas intervenções no Sítio Arqueológico através de determinadas técnicas que serão descritas em cada intervenção. Após coletados, os artefatos nas escavações são levados ao laboratório (LEPA/UFSM), no qual são lavados, numerados, separados em categorias, catalogados, fotografados, para que possam ser feitas as análises e posteriores pesquisas arqueológicas e de demais ciências (Figuras 07 e 08).



Figuras 07 e 08 - Material lavado, numerado e catalogado para pesquisa no LEPA/UFSM.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM.

Cabe lembrar o significado da palavra patrimônio; de origem latina, seu significado estava ligado à herança, sendo um conceito referente ao privado, a tudo que poderia ser deixado de legado, inclusive pessoas. No decorrer da história da humanidade, o conceito sofreu alterações e, a partir da formação dos estados nacionais, surge a questão do patrimônio como instância coletiva (FUNARI, 2009).

Atualmente, este conceito assume esferas afetivas, identitárias, políticas e culturais. Pode-se inferir que o patrimônio é um elo entre pretérito e presente, um indicador da memória, que traz a lembrança de que existiram povos com culturas diferentes e que interferem no presente, na medida em que são constituintes deste. Outro patrimônio que merece destaque é o patrimônio natural, que são áreas de importância para a sociedade que tocam a população e geram a identificação desta; são, dessa forma, as riquezas naturais presentes no solo e no subsolo, como o Cerro do Jarau, que necessitam de preservação.

O patrimônio cultural (arqueológico) pode originar o sentimento de pertencimento que mantém a memória social, gerando identificação, pois compreende todos os elementos que estabelecem a identidade de um grupo e que o torna diferente dos demais (HAIGERT, 2006). Essas identidades integram os sujeitos à sociedade (HALL, 2002), inserindo-os na cultura, relacionando o subjetivo com o material, colaborando para esta complementação. O processo de patrimonialização pode ser compreendido como o conjunto dos bens culturais e todo seu entorno ambiental e social.

No que concerne à cultura, pode-se inferir que esta é fundamental, para favorecer a compreensão dos meios de modificação que ocorrem com as sociedades contemporâneas (SANTOS, 1987). A cultura é algo denso, dinâmico, cheio de significados que podem ser interpretados, tendo em consideração seus

contextos, sendo construída historicamente. Para Funari (2003), tudo que sofreu influência do homem pode ser considerado como cultura.

Por sua vez, o patrimônio cultural de um povo é algo coletivo que gera identidade e sentimento de pertencimento; é um produto da sociedade para a sociedade. É uma herança, um legado que conscientemente se deseja transmitir às gerações futuras (HAIGERT, 2006). Dessa forma,

Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos – aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Esses bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras eles garantem a continuidade da nação no tempo (GONÇALVES, 1988, apud BARRETO, 2000, p.10).

Logo, os bens arqueológicos são importantes referências materiais da cultura e da memória, gerando uma reflexão social e ação social concreta (FUNARI, 2003). Esses são carregados de simbolizações de acordo com a cultura à qual pertenceram. A valorização dos bens arqueológicos faz-se necessária para a constituição de uma sociedade, na medida em que colaboram para a análise da transformação cultural ocorrida ao longo do tempo e a percepção da constituição atual da sociedade, bem como para o conhecimento da formação do território.

Deve-se levar em consideração que “a constituição de uma memória está intimamente relacionada com as transformações que o presente lhe confere na reelaboração do passado” (ALMEIDA e VASCONCELOS, 2002, p. 107).

Dessa forma, conforme Bastos (2007, p. 295), “o patrimônio arqueológico se expressa nos sítios arqueológicos e nos objetos nele contidos, nos seus restos biológicos e até mesmo nos locais selecionados para sua instalação”. Um patrimônio arqueológico deve ser considerado na sua totalidade desde a localização, a formação, os materiais, de que são constituídos, a sua utilização simbólica e funcional. Assim, o arqueólogo, através da cultura material coletada, levanta hipóteses na busca de compreender as significações, reconstituir os modos de vida e o cotidiano através das informações retiradas das fontes históricas e da própria cultura material (THOMASI, 2010).

A Carta de ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ligado à UNESCO) sugere a preservação do patrimônio arqueológico *in situ*:

(...) a localização dos bens arqueológicos não é fortuita, mas resultado de decisões sociais e econômicas e culturais pretéritas e, portanto, a retirada do bem imóvel ou de seus constituintes implica descaracterização do bem. Portanto, independente dos méritos da preservação dos objetos arqueológicos em outros espaços, mesmo museológicos, deve-se, sempre que possível, optar pela preservação do bem, em sua totalidade, *in situ*, ou de sua exposição, com as devidas providências para assegurar sua conservação, também *in situ* (CALDARELI, 2007, apud TOLEDO, 2010, p.30).

No caso do Sítio Arqueológico Estância Velha do Jarau, as peças que compõe esta coleção são, na sua maioria, fragmentos. Assim, se fossem mantidos os objetos *in situ*, eles não forneceria tantas informações e interpretações quanto a sua retirada, análise e pesquisa. Desse modo, é necessário analisar a estrutura de forma a revelar todos os seus aspectos.

O Sítio Arqueológico Estância Velha do Jarau sofre intervenções arqueológicas desde 1997. Neste ano foi realizada uma prospecção inicial, na qual foram abertos poços-testes¹¹. No ano de 1999, a segunda intervenção foi pautada nos dados arqueológicos obtidos na primeira; em 2000, foi realizada uma intervenção coordenada por GOMES; no ano de 2001, foram escavadas a sede e a área da Quinta, conforme Gomes (2001). Já a quarta escavação foi realizada em 2003, com a colaboração de outras instituições como UFPEL, MAE-SP, UNOCHAPECÓ-CEOM e UNIVATES-MCN/SE. Em 2006, as escavações buscavam compreender a função da Quinta e explorar uma área nova. Estas prospecções foram coordenadas pelo Arqueólogo Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder (THOMASI, 2010).

São intervenções pontuais das quais resultaram produções científicas significativas, por meio de artigos, dissertações de mestrado e monografias¹². Foram

¹¹ Poços-testes são aberturas no solo, com os quais é possível selecionar os locais da escavação pela evidência da cultura material.

¹² Dentre as produções pode-se citar a Dissertação de mestrado de Flamarion Freire da Fontoura Gomes, 2001, que através da Arqueologia Espacial trabalha a historiografia; a Dissertação de Diele Thomasi Ilha, intitulada Arqueologia Histórica: os metais da estância Velha do Jarau; também tem-se a Dissertação de Grasiela Tebaldi Toledo: A pesquisa arqueológica em Quaraí/RS: uma contribuição a identificação do patrimônio local, 2010. Ar livre e carne a abundância: Um estudo histórico e cultural do gaúcho e sua alimentação no século XIX, de Chimene Nobre, 2011.

diferentes momentos de intervenções com diversas técnicas, que originaram informações sobre o sítio.

O sítio encontra-se na região do pampa encoberto pela mata. Para a realização das prospecções, primeiramente foi realizado contato com o prefeito e com o proprietário atual das terras, João Giudice.

No local, encontravam-se alguns vestígios das estruturas arquitetônicas. Na primeira intervenção, no ano de 1997, foram realizados 12 cortes estratigráficos de (1m x 1m) e foi traçada uma linha de 30 metros. Com os cortes foram encontrados artefatos arqueológicos como vidros, metais, ossos e, desta primeira intervenção, pode-se tirar algumas conclusões que serviram de base para as intervenções futuras como, por exemplo, a composição estratigráfica do mesmo (Figura 09). O material coletado trouxe muitas informações, como a presença de pregos e cravos, que indicam estruturas construídas. Além disso, foi descoberta uma camada de telhas, juntamente com ossos e cinzas (Figura 10).

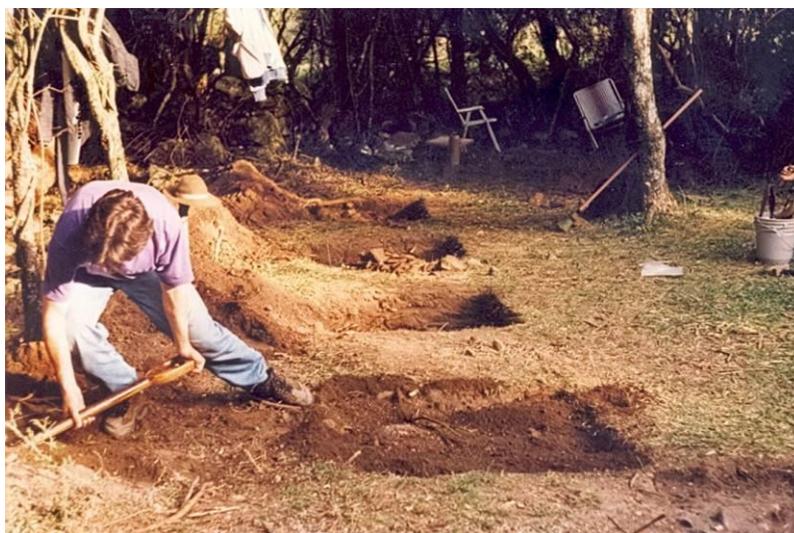


Figura 09 – Escavação de 1997 abertura de poços-testes.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM



Figura 10 - Poço teste nº 04 da intervenção arqueológica de 1997.
Fonte: Acervo LEPA/UFMS

Em 1999, na segunda intervenção, foi refeito um croqui (Figura 11) da área do sítio, compreendendo as extensões das mangueiras de pedras. Nesse mesmo ano foi realizada uma remoção das camadas de terra de uma área de 10m x 8m que foi dividida em seis setores. Encontrou-se nesta escavação uma espécie de aterro, além de uma estratigrafia complexa e perturbada (TOLEDO, 2011). Perto da casa sede, encontrou-se um poço coberto com blocos de pedra. Nesse ano foram evidenciados restos de três paredes que seriam, em hipótese, a senzala. Na estratigrafia foram observadas seis camadas (Figura 12). Na planta elaborada pela equipe que realizou as intervenções, foram mapeadas as cercas de pedras e as mangueiras, que eram utilizadas para a atividade da pecuária.

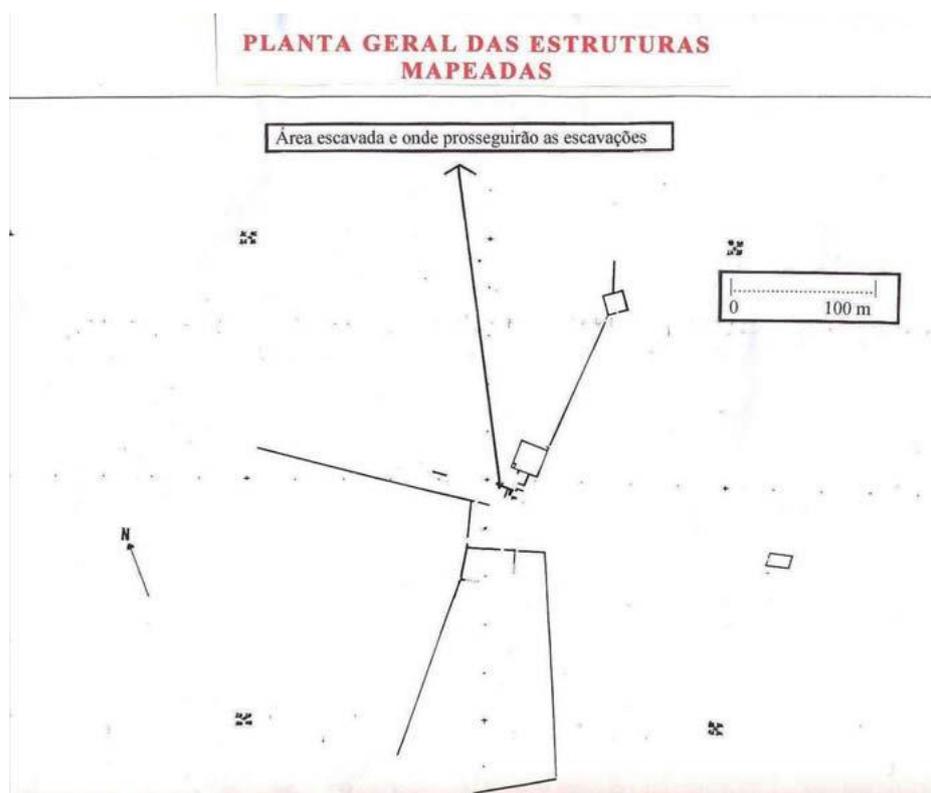


Figura 11 - Planta com as estruturas demarcadas, as linhas representam as estruturas de pedra (cercas ou mangueiras), o pequeno quadrado ao centro representa a área central das estruturas onde foi realizada a maior parte das escavações.

Fonte: LEPA/USFM.



Figura 12 - Poço com camada estratigráfica do Sítio.

Fonte: Acervo LEPA/USFM.

Em 2000, na pesquisa realizada são caracterizadas outras estruturas pertencentes à Estância, tais como casa sede, quinta/pomar, galpão, porteira de pedra, estradas antigas, uma tapera, cemitério. Nesta intervenção, foi realizada uma escavação na quinta/pomar, pois houve especulações de que a área da Quinta seria

uma lixeira, mas esta área não possui uma anarquia estratigráfica, conforme descrição abaixo:

Compondo-se de uma casa sede, um galpão, currais, poteiros, cemitério, cacimba, mangueira, além de uma porteira de pedra antiga que indica o antigo acesso a estância, passando pelo caminho por uma tapera, evidencia-se locais que representam a alteração do ambiente natural por decorrência de atividade humanas que se manifestam via a criação de novos espaços, para ocupações de forma permanente ou regular (GOMES, 2001, p.72).

O autor coloca, sobre a formação das estruturas construídas, que:

Todos os vestígios de construções observadas foram erguidos em pedra de arenito, sem preparação como entalhes ou lascamentos. No caso das mangueiras, as pedras estão dispostas sem argamassa nem reboco e com grandes pedras na base inferior, servindo de suporte para o erguimento com pedras menores acima (GOMES, 2001, p.73).

Em 2000, Gomes fez uma análise espacial baseada em três pontos: análises bibliográficas, trabalho em campo e análises em laboratório, buscando como objetivo principal uma análise espacial do sítio (Figuras 13 e 14).



Figura 13 - Escavação arqueológica
Fonte: Acervo LEPA-UFSM, 2000.



Figura 14 - Escavação arqueológica
Fonte: Acervo LEPA-UFSM, 2000.

Já em 2001 foi realizada uma nova prospecção baseada nas informações das prospecções anteriores, assim foram escavadas duas áreas escavação primária e escavação secundária: a senzala e a Quinta/pomar. Nesta escavação, encontraram-se vestígios de materiais orgânicos queimados, pregos e cravos, além de dois relógios e restos de acordeom. Nesta escavação, foi aberto um poço de controle estratigráfico de 60 a 70cm:

Camada I – camada areno argilosa, com matéria orgânica – 5-10 cm;
Camada II – sedimentos areno-argilosos, com fragmentos de arenito, telha, vidros e ossos – 15 a 20 cm; Camada III – camada areno –argilosa de coloração escura, com uma base de tijolos, fragmentos de arenito, lajes de arenito dispostas anarquicamente sem orientação definida (TOLEDO, 2011, pág.93).

O estudo das camadas estratigráficas do Sítio é fundamental à medida que colabora para compreender as sequências dos acontecimentos naturais neste local, o que auxilia na definição de locais e funções através da análise das camadas do solo (Figuras 15 e 16). Nas imagens que seguem, percebe-se, ao fundo das intervenções, uma cerca de pedra, a equipe em ação na escavação, além dos materiais utilizados.



Figura 15 - Escavação arqueológica na área da suposta cozinha.
Fonte: Acervo LEPA/UFMS



Figura 16 - Escavação Arqueológica
Fonte: Acervo LEPA/UFMS

No ano de 2003, várias instituições se uniram para realizar uma quarta escavação no Sítio, (Figura 17) através de um sítio-escola¹³ e contou com a

¹³Este sítio-escola recebeu visitas de escolas ao local das escavações, nas quais eram explicadas as intervenções, as pesquisas *in situ*, no local da escavação.

participação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (UNIVATES), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Foi um trabalho em conjunto, com o objetivo de coletar informações para desdobrar novos conhecimentos em relação ao Sítio Arqueológico (Figura 18).

Nessa intervenção, foram encontrados artefatos arqueológicos nos dois setores que foram escavados: setor I (que teve como limite as paredes) e setor II (escavação mais superficial). Nesse ano, realizaram-se ações conjuntas de Educação Patrimonial, nas quais foram realizadas visitas de escolas ao sítio (Figura 19). Na imagem, a equipe analisa o material coletado.



Figura 17 - Escavação Arqueológica na área na qual ficava a casa principal – Sítio-Escola
Fonte: Acervo LEPA/UFSM



Figura 18 - Alunos e professores observando o material arqueológico
Fonte: Acervo LEPA/UFSM, 2003.



Figura 19 - Estudantes e Professores de Quaraí chegando ao Sítio Arqueológico
Fonte: Acervo LEPA/UFSM, 2003.

Destas intervenções até 2003, foi feito um croqui das áreas escavadas (Figura 20). Neste documento, é possível visualizar as áreas escavadas no Sítio Arqueológico.

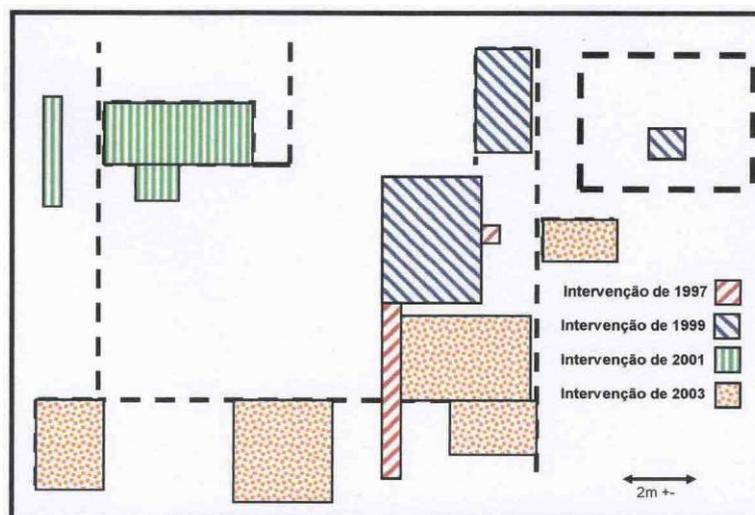


Figura 20 - Croqui das áreas escavadas.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM

A última intervenção ocorreu em 2006, na qual se objetivou descobrir a função da Quinta e escavar em locais até então não escavados. Para isso, foram realizados poços-testes para evidenciar a presença de cultura material. Nesta intervenção, foram coletados diversos materiais, entre eles garrafa, ferradura, cachimbo, além de terem sido coletados artefatos arqueológicos através de *uprooting*, na qual, através da ação das raízes das árvores que vem à tona e evidenciam o material arqueológico. Com o *uprooting* foram evidenciadas três camadas: a primeira de matéria orgânica, a segunda de pisos de tijolos e a terceira de ossos.



Figuras 21, 22 e 23 - Prospecção na Quinta
Fonte: Acervo LEPA/UFSM.

Nas fotos (Figura 21, 22 e 23) acima, observa-se a vegetação presente entre os locais escavados e a ação das raízes.

Após as intervenções arqueológicas, foram realizadas pesquisas sobre os materiais coletados e podemos ressaltar a Dissertação de Thomasi (2010), na qual a autora trabalha a arqueometalurgia, focando nos metais arqueológicos. De acordo com a autora, “O pesquisador arqueometalúrgico dispõe do produto final e trata de determinar como se chegou a ele, mas leva em conta a diversidade de técnicas e processos que podem ter sido usados na produção do objeto” (THOMASI, 2010, p.71).

Thomasi (2010) analisa os metais da Estância Velha do Jarau e destaca os talheres encontrados nas escavações, como um garfo artesanal, diferente dos outros mais delicados encontrados. Além disso, a autora fala em uma “adaptação dos hábitos”. De acordo com a mesma, até 1880 todos os garfos possuíam apenas três dentes e os talheres começaram a se popularizar a partir do século XIX (THOMASI, 2010, p.77).

Os metais analisados fazem parte do cotidiano da Estância, revelando detalhes do dia a dia dos seus habitantes. Foi encontrada também uma colher pequena de aproximadamente 7,5cm. A hipótese é de que ela era utilizada para líquidos ou caldos, mas pode, de acordo com a autora, ser utilizada para adoçar ou servir doces. Com relação a acessórios, foi encontrado um botão que apresenta como detalhe o brasão uruguaio.

Por tralha bélica compreende-se aqueles artefatos relacionados ao militarismo; dessa forma, a cultura material apresentou alguns artefatos, tais como dois cartuchos de fuzil Lefauchaux (HOOG, 1980, apud THOMASI, 2010), 2 cartuchos de pistola calibre 22, projéteis esféricos e de alma raiada¹⁴, bainhas de arma branca, como de baionetas¹⁵, sabres¹⁶ e adaga¹⁷, além de cartuchos de fuzil, sendo que alguns são de festim (THOMASI, 2010). Sobre esta ocupação do espaço:

Após o abandono a Estância é apropriada pela comunidade de diversas formas, até os anos 80, tropas do exército de Uruguaiana executaram

¹⁴ Projétil é um objeto que se arremessa para ferir/destruir, geralmente é de chumbo, já alma raiada quer dizer que o interior do cano tem sulcos destinados a forçar o projétil a uma rotação.

¹⁵ Baioneta é uma espécie de arma branca adaptável a armas de fogo.

¹⁶ Arma de lâmina levemente curvada.

¹⁷ Adaga é uma espécie de espada curta.

exercícios militares no local, deixando para trás diversos vestígios de sua presença, outra perturbação ocorrida foi a presença de diversos CTG's que realizavam atividades variadas na Estância, por entendê-la como local propício para a valorização das "tradições gauchescas", outro fenômeno comum em sítio históricos é a presença do "caçador de tesouros" que escava e vasculha o sítio através de objetos de valor (THOMASI, 2008 apud TOLEDO, 2011, p.165).

Após a estância ser desocupada, o local é interpretado pela população local como um espaço indicador de memória, que na atualidade assume uma esfera de ressignificação de acesso e de simbolização. São lugares de memória de acesso ao material e ao imaterial.

Com relação à vida campeira, aparecem alguns objetos que evidenciam algumas atividades presentes na Estância, como uma chave de alambrador, profissional que surgiu com a delimitação dos campos através de cercas de arame. Até então a demarcação das estâncias era feita com cercas de pedras ou pelos elementos naturais. Os alambradores eram os profissionais que trabalhavam sob contrato verbal, viajavam em carretas juntamente com suas famílias. A chave de alambrador, segundo Pont (1983) apud Thomasi (2010, p.84), é feita com uma lima batida pelos ferreiros da campanha.

A referência à criação de animais aparece na cultura material, entre os artefatos temos uma ferradura de mula. As mulas se inseriram na fronteira através de tropeiros que traziam diversos gêneros para comercialização. Muitos estancieiros passaram a criar estes animais para comercializá-los para áreas de mineração. Além de serem utilizadas para carregar carga, as mulas também foram utilizadas para montaria (THOMASI, 2010). Outro artefato apresentado pela autora, que faz referência às criações na Estância, é a tesoura de tosquia, que é o instrumento através do qual se corta a lã da ovelha. A autora se refere ao período da esquila, época em que se tosam as ovelhas; eram chamados de comparsas aqueles que tosavam as ovelhas.

O cavalo tinha ampla utilidade na campanha sul-rio-grandense, pois era utilizado para locomoção, trabalhos no campo, questões militares. Artefatos referentes a este animal como ferraduras são frequentes na cultura material coletada no sítio (THOMASI, 2010).

Além de carne animal, necessitava-se de outros produtos nas estâncias para a subsistência dos seus moradores. Nos artefatos coletados, temos o fragmento de

um arado, que é um instrumento para lavrar a terra, preparando-a para a posterior plantação. Outro artefato encontrado é uma foice que juntamente com o arado são instrumentos da atividade agrícola. A foice entre outras utilidades servia para colher cereais. O plantio para obtenção de outros produtos ficava a cargo dos escravos. Os produtos que não eram produzidos, como o sal, eram adquiridos através dos mascates e em armazéns distribuídos pela campanha.

As informações sobre os artefatos, as unidades domésticas, as louças são apresentados pelos autores como indicadores sociais e cronológicos; as louças, por exemplo, podem ser analisadas pelos usos que determinado grupo realiza destas, são objetos relacionados aos hábitos alimentares. De acordo com Toledo (2011, p.124), “louça é uma denominação utilizada para denominar os artefatos compostos, basicamente, por argila, caulim, feldspato e quartzo, vidradas (ou esmaltadas), com uma ou mais queimas, em geral brancas ou com fundo branco”.

Assim, as louças da Estância Velha do Jarau foram analisadas de acordo com a descrição da pasta, do esmalte, dos fragmentos, da forma, da técnica, do padrão, do estilo e do motivo decorativo, além da cor da decoração. Foram coletados, no sítio Estância Velha do Jarau, 2.017 fragmentos, 1.881 faianças finas, os demais fragmentos são grés, ironstone, porcelana brasileira, cerâmica e cerâmica vidrada. De acordo com a análise de Toledo (2011), dos fragmentos foi possível apenas identificar 16 recipientes. A autora classifica as unidades domésticas como sete pratos, quatro malgas, uma xícara, um pires, duas tampas e um cachimbo.

A análise de Toledo (2011) infere que a louça presente na estância é predominantemente mais barata, de forma que a maioria dos fragmentos é sem decoração. Dessa forma, o grupo que ocupava a Estância, pela análise realizada da louça, não tinha condições econômicas de comprar as louças mais caras do mercado, ou não tinha interesse de adquiri-las, optando por uma louça mais branca sem decoração; mas, como existem fragmentos de louças mais caras, existe a preocupação de comprar algumas destas para adentrar nos padrões mais burgueses. Mas, de acordo com a análise do local, essas louças devem ter sido compradas com o intuito de sanar a necessidade, e não com o objetivo de formar conjuntos. Assim, explica-se a grande quantidade de louça mais barata. Outro fato é o do estancieiro possuir casa na cidade, e que na Estância os habitantes não intencionavam ostentar.

O acesso a esses bens industrializados dava-se através de mascates, tropeiros e viajantes, não tendo opções variadas de escolha. Também não se pode afirmar que a louça servia para a distinção social de forma que elas serviam para suprir necessidades. Assim, observou-se que a maioria dos recipientes era côncava, que indicam a presença de xícaras, malgas, canecas, entre outros, e pratos. De acordo com Toledo (2011, p.166), “essa diversidade (recipientes côncavos e pratos identificados) pode ser novamente explicada pelo acesso a esses itens, não correspondendo a conjuntos completos e sendo comprados conforme a disponibilidade e necessidade dos produtos”.

As louças deste espaço não indicam a condição socioeconômica, os gostos e as preferências, mas as necessidades. Outro aspecto relevante destacado pela autora é a presença de bens industrializados na Estância, o que chama a atenção por sua localização e dificuldade de acesso. Outra questão é a obtenção de louças avulsas e não a aquisição de conjuntos; pela grande quantidade de artefatos côncavos, infere-se o consumo de líquidos e pastosos. Então, na análise das louças, levou-se em consideração o contexto da Estância, sua história e sua localização.

Os vestígios ósseos foram pesquisados por Nobre (2011). A sua pesquisa permite ilustrar a dieta alimentar de carne da espécie *Bos Taurus* dos habitantes do Sítio Estância Velha do Jarau. A autora atenta para outras formas de consumo do produto principal da Estância, a carne bovina. De acordo com a análise, Nobre (2011) conclui que outros pratos, que não apenas o churrasco, eram preparados nestes núcleos, com a carne de gado. Utilizou-se de livros de culinária da época para pesquisar as receitas que eram preparadas. Nobre (2011) faz uma análise da arqueofauna dividindo a pesquisa por classe (*mammalia*) e ordem (*artiodactyla*). Partindo disso, por elemento ósseo, para perceber a existência de marcas presentes nos ossos e pesquisou a espécie *Bos Taurus*.

A autora classifica as marcas nos ossos como cortes, consumo, serrado, raspado, cortado, esquartejamento ou descarnamento, atorado e sem marcas. Dessa forma, a autora relacionou estes dados a referências de alimentação da época, criando a hipótese da alimentação da carne bovina não ser apenas em forma de churrasco, prato feito do assado da carne de gado. A autora ressalta o consumo da carne em outros pratos, como sopas, ensopados, cozidos, com aproveitamento de quase todo o boi.

Já os vestígios vítreos estão sendo pesquisados por Kaus (2012/2013). A autora destaca entre os vestígios a presença de um vermífugo produzido pela indústria Leivas Leite e Cia, de Pelotas. Assim, foram identificados os seguintes vidros: 1 frasco de Biotônico Fontoura, 1 frasco de leite de magnésia, uma garrafa verde de bebida; 3 frascos que contém o nome de um laboratório, 1 frasco de tinteiro, além de garrafas mais recentes que indicam ser de bebidas. Para a análise destes vestígios, observa-se os aspectos físicos, cor, material, evidências escritas, pesquisa de fabricação de vidros.

A autora destaca os vidros quanto à cor. Segundo seus dados coletados da cultura material, há a predominância de fragmentos de vidros verdes em maior número; logo após, destacam-se os incolores; em terceiro, aparecem os azuis, e os laranjas aparecem em menor quantidade. Através da análise destes vestígios, pode-se perceber a utilização de produtos para o tratamento do gado com o aparecimento de grande quantidade de vermífugos, vidros de remédios por parte dos moradores, o que se constata com a utilização de Biotônico Fontoura¹⁸ e leite de magnésia¹⁹, além de outros frascos de laboratório cuja origem não foi possível identificar, o aparecimento de um tinteiro que demonstra a utilização de tinta para escrever. O que se pode perceber também é a quantidade de vidros referentes após a desocupação da estância. A análise dos vidros permite constatar que os mesmos supriam as necessidades da estância como os vidros de vermífugos, não aparecendo nos vestígios vidros de produtos de demonstração de vaidade ou produtos não necessários à vida na Estância.

2. 2 Arqueologia e Legislação

A legislação serve para organizar e reger o Patrimônio Cultural, uma vez que delimita a atuação e a proteção sobre este. O Patrimônio Arqueológico é um bem

¹⁸ O biotônico fontoura foi criado em 1910 por Candido Fontoura. Fonte: http://www.istoedinheiro.com.br/artigos/23169_A+FORCA+DE+UMA+MARCA+CENTENARIA/

¹⁹ O leite de magnésia foi criado em 1873 por Charles Henry Phillips. Em 1911, começou a ser comercializado numa embalagem azul. No Brasil, começou a ser fabricado em 1930. <http://www.phillipsrelief.com/>

protegido pela União. Assim, é imprescindível compreendermos como funciona o processo de pesquisa deste determinado bem. A permissão para a realização de pesquisas e salvamentos ocorre sob dois segmentos: entidades particulares e entidades públicas.

Para obtenção de portaria de pesquisa devem ser encaminhados ao IPHAN os seguintes documentos: Endosso Institucional, Endosso financeiro e Projeto Científico como os currículos do coordenador e demais integrantes da equipe. Mediante a análise da documentação o IPHAN publica portaria no Diário Oficial da União, que fornece as seguintes informações: nome do projeto; arqueólogo(s) responsável(is); endosso institucional, vigência da autorização de pesquisa e abrangência (localização) da pesquisa (WICHERS, 2011, p.133).

Ou seja, as pesquisas são regulamentadas e são fundamentais para o descobrimento das informações arqueológicas até então desconhecidas pela sociedade e pela comunidade acadêmica. É um conhecimento adormecido que a arqueologia desvenda gera novos olhares e novas possibilidades de pesquisa.

O histórico das leis que discorrem sobre o Patrimônio Cultural Arqueológico no Brasil, inicialmente, era embasado em documentos elaborados em convenções, como, por exemplo, da Reunião de Nações na qual se originou a Carta de Atenas (1931 e 1933) que trata especificamente da proteção dos monumentos edificados, ou seja, não são específicas do Patrimônio Arqueológico, mas são comuns ao patrimônio como um todo e tratam especificamente de formas de preservação, manutenção e restauração. Com esta convenção, os interesses privados ficaram minimizados em relação aos interesses coletivos.

No Brasil, podemos citar como uma primeira iniciativa de proteção do patrimônio o anteprojeto do SPHAN (atual IPHAN: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), de Mário de Andrade, como um marco inicial da institucionalização da proteção ao Patrimônio nacional e, em específico, classifica o patrimônio como arqueológico. Nesse anteprojeto, Mário de Andrade sugere a inscrição dos Patrimônios Culturais em quatro livros tomo: arqueológico e etnográfico, histórico, de belas artes, artes aplicadas e tecnologia industrial.

Esse anteprojeto foi base para o Decreto-lei 25/37. O Decreto-lei nº 25/37, do presidente Getúlio Vargas, possibilitou iniciar legalmente as práticas de preservação do Patrimônio Nacional, inclusive o arqueológico.

Através desse Decreto, os Patrimônios eram inscritos em quatro livros de tomo que pretendiam preservar as diferentes formas de Patrimônio. Os quatro livros tomo eram: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Histórico, das Belas Artes e das Artes Aplicadas.

A próxima medida legal com relação ao Patrimônio ocorreu com a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Esta lei protege os Patrimônios do subsolo, considerando de poder da União os mesmos, preservando a história dos povos históricos brasileiros e pré-históricos.

O reforço à proteção dos Patrimônios ocorreu com a menção, na Constituição Federal da República Brasileira de 1988, à proteção e à preservação dos patrimônios arqueológicos, em seu artigo 23, inciso III, e no artigo 216, inciso V, e no que tange à preservação, o artigo 216, parágrafo 1º.

Desse modo, este trabalho está em consonância com as leis apresentadas anteriormente que regem o Patrimônio Arqueológico. A lei nº 3.924/61 define de forma específica, no seu artigo 2º, a definição de monumentos arqueológicos ou pré-históricos, na qual o Sítio Arqueológico da Estância Velha do Jarau se insere, destacando a sua alínea c:

Art.2º – Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento “estações” e “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleontográfico (LEI nº 3.924/61, art.2º).

Esse artigo refere-se aos locais de pouso prolongado no qual uma estância do século XIX cabe como um sítio de fundamental importância para a historiografia, de forma que foram coletados bens materiais que contribuem para a compreensão de uma nova abordagem sobre a realidade da sociedade, sobre os aspectos materiais e se encaixam plenamente em interesse arqueológico coletivo.

Outro artigo desta mesma lei que está em consonância é o artigo 3º, o qual dispõe:

São proibidos em todo território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou

pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, bibigueiras ou sambaquis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b,c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas (LEI nº 3.924/61, art.3º).

Esta Dissertação destaca a importância da preservação e mostra a institucionalização da mesma que se refere à impossibilidade de utilização destes bens para outras funções que não as de interesse da sociedade como um todo.

Outros artigos da mesma lei que devem ser destacados são o Art. 5º e o 7º. O primeiro deles dispõe sobre o crime contra o patrimônio - a ação de “destruição e mutilação” - punido com as leis penais. Isso eleva o patrimônio à categoria de Patrimônio Nacional gerando a identificação por parte da sociedade a qual pertence este bem. Já o artigo 7º discorre sobre Patrimônios Arqueológicos que não foram registrados ou descobertos, mas que são considerados bens patrimoniais da União, sendo que os artigos anteriores aplicam-se também a estes bens.

Esta lei contribuiu para a preservação e a valorização dos Patrimônios Arqueológicos pelo Brasil, impedindo que os mesmos sejam exportados para o exterior e permaneçam no Brasil para que sejam pesquisados e popularizados. Esta lei pode ser considerada como um marco na institucionalização, registro e manutenção do patrimônio nacional. A mesma deu suporte para a constituição de 1988, que também embasa esta Dissertação.

Na Constituição, a responsabilização pelos patrimônios deixa de ser apenas da União e são incluídos os Estados e o Distrito Federal, que podem legislar concorrentemente sobre a proteção dos patrimônios, conforme artigo 24º da Constituição.

Sobre os patrimônios, está mais específico na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 216, no qual é definido patrimônio, valorização, preservação e registro dos mesmos.

Assim, atualmente, a Lei nº 3.924/61, que pode ser considerada um marco na preservação de Patrimônios Arqueológicos, e o disposto na Constituição da República Federal do Brasil, são referências legais que amparam legalmente o registro, a preservação e a valorização dos Patrimônios Arqueológicos fundamentais para o entorno e para a sociedade brasileira, no qual os mesmos são coletados para realização de pesquisas de relevância nacional e internacional.

2. 3 Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial colabora para a apreensão dos bens, de forma a relacioná-los com o presente, objetivando compreendê-lo como um constituinte histórico da cultura, da qual faz parte. Assim, a associação entre Arqueologia, Museologia e Educação Patrimonial na elaboração da proposta de exposição age na esfera de valorização do patrimônio. Por isso se faz presente nesta Dissertação, de forma que a comunicação museológica busca instigar, problematizar educacionalmente as relações entre as áreas do conhecimento. Neste processo, a presença do educador é fundamental no processo da exposição. Cury entende esta relação como:

O educador conhece as melhores estratégias e conhece bem as reações dos visitantes diante de determinadas situações expográficas. Ainda por trabalhar muitas vezes como o público organizado, o educador tem uma relação como o espaço expositivo e sabe como e espaço pode interferir na interação do grupo e deste com a exposição (CURY, 2005, p.114).

O educador busca através dos conhecimentos da sua prática e com o contato direto com o público estabelecer na exposição a forma mais significativa de tentativa de apreensão do conteúdo, ou mesmo de instigação de questionamentos, para que ocorra o uso qualificado da informação, do ponto central que advém do patrimônio. Assim, é necessário elucidar alguns conceitos sobre a Educação Patrimonial que é a base para a montagem da proposta desta exposição.

A refinada elaboração do conceito de Educação Patrimonial aparece numa publicação de 1999, de Horta, na qual são definidas as diretrizes da Educação Patrimonial. No entanto, a Educação Patrimonial, no Brasil, percorreu uma trajetória que é interessante para a sua compreensão geral.

A Educação Patrimonial no sistema de comunicação museológica colabora para a decodificação do conhecimento científico produzido na academia, para a devolução à sociedade. Neste sentido,

A ação educativa é vista, neste sentido não como mera tradutora de conceitos e conteúdos científicos, mas na sua dimensão social e política; desempenhando o papel provocador e reflexões aprofundadas e críticas

sobre a produção e socialização do conhecimento numa dimensão transformadora da realidade (CARNEIRO, 2009, p.11).

A realidade se transforma à medida que as pessoas refletem sobre as suas ações e constroem as suas reflexões; somos seres dotados de cognição e linguagem. Dessa forma, o conhecimento arqueológico produzido e comunicado à sociedade de forma dialógica e a Educação Patrimonial como uma ação agem na esfera da construção ativa na sua função social, política e cultural.

De acordo com Carneiro (2010), na década de 1980, ocorreu um encontro nos Estados Unidos da América para discutir o projeto de pesquisa “Historiadores – Artefatos - Aprendizes”, da G. Washington University. O foco era discutir a cultura material como ponto central do processo de ensino-aprendizagem.

Toda uma nova geração de historio-humanistas sofreu a influência desta teoria, utilizando a cultura material e o uso do artefato como fontes primárias de estudo em qualquer disciplina (...) Thomas Schelereth, um dos historiadores participantes deste colóquio., observou que as pessoas estão se voltando para a cultura material porque é um método que pode levar a uma interpretação do passado mais populista, mais democrático, mais proletária (HORTA, 1984, apud CARNEIRO, 2009, p.45).

Nesta citação de Horta, pode-se observar que a autora ressalta a importância da cultura material; no caso específico desta Dissertação, a cultura material arqueológica nos processos de apreensão do patrimônio. Passou-se a valorizar o patrimônio como uma forma inicial de surgimento de novos conhecimentos, como uma prova de algo muito mais profundo que o bem na sua estrutura, como uma pequena parte de um todo de informação.

Horta (1999) utilizou princípios do processo de ensino e aprendizagem para lançar os pressupostos de Educação Patrimonial, baseado também no termo que se originou na Inglaterra - *Heritage Education*. Horta (1999) parte da motivação, do sentimento e coloca:

E como incentivar o interesse da criança pelas coisas passadas? Eis a pergunta que repetimos e que nos importa na área da educação patrimonial. A primeira resposta poderia ser a de que a motivação, no caso, deve atender as necessidades da criança e ser adequada ao seu nível de desenvolvimento intelectual e emocional (HORTA, 1984, apud CARNEIRO, 2009, p.46).

Desta premissa da motivação, do interesse, é que partem outros questionamentos, para que se chegue ao conhecimento, à apreensão do visitante pelo patrimônio. Em 1999, Horta lança o Guia Básico de Educação Patrimonial que norteia a metodologia da mesma. A autora coloca que

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.6).

Desta fonte primária é que surgem outros conhecimentos, é que se tem contato com as manifestações da cultura, e a exposição é uma forma de acesso a esta “fonte primária” que origina outros conhecimentos que ampliam a visão de mundo, acrescentando a quem tem acesso ao bem cultural.

A autora utiliza-se ainda do termo “alfabetização cultural” como uma consequência do acesso ao patrimônio, de forma que o acesso a este gere alguma reação exerça em quem mantém contato, atinja-se de alguma maneira. Pode-se perceber que faz parte de algo, de um elemento unificador que gera identidade, pertencimento, que dinamiza ao longo das gerações, estabelece laços entre o presente e o passado e possibilita reinterpretá-lo no tempo presente, diante das particularidades de cada indivíduo.

Neste mesmo guia estabelecem-se algumas etapas do processo, como observação; registro; exploração; apropriação; que se pode associar às etapas do processo de ensino-aprendizagem. Esta relação se mantém estreita e Horta (1999) utiliza-se dos pressupostos teóricos de Jean Piaget, para inspirar-se nesta construção de conceitos.

Considerando a inserção de bens arqueológicos em Museus,

A função específica do serviço educativo museológico é possibilitar uma aproximação maior entre o objeto do museu e o público infante-juvenil, levando em consideração as diferentes faixas etárias, classes sociais, níveis

de ensino e características culturais (BRUNO, 1984, apud CARNEIRO, 2009, p.50).

O visitante, ao ter acesso ao bem patrimonial, independentemente da faixa etária, deve ser incluído nesta realidade, porque não se exclui socialmente; ao contrário, se integra e se possibilita a identificação, independente de classes, de níveis, de características culturais. É um bem público que deve ser disponibilizado para a sociedade gerando inclusão social.

Sobre as atividades educativas em museus enquanto agentes de integração social:

Como espaço privilegiado de educação não formal – podem dar uma importante contribuição ao buscar sistematizar teoricamente as práticas educativas realizadas no seu âmbito [...] e sobre as relações entre a educação formal e a não formal nas suas formas complementares ou não, os museus poderão melhor justificar o seu papel educativo na sociedade contemporânea e o seu retorno social (CABRAL, 2001, apud MATTOS e MATTOS, 2010, p.74).

Ou seja, é necessário dentro do espaço do Museu trazer os visitantes a sua realidade, contextualizar os discursos de forma que se tornem interessantes, que motivem sentimentos.

Tem-se, em Paulo Freire, esta relação dialógica de contextualização, acesso, democratização, e podemos trazer estes conceitos próprios da educação para o ambiente do Museu para compreendermos este espaço nas relações que se estabelecem de comunicação, de contato com a cultura material, de motivação, de estímulo do sentimento no qual esta Dissertação foi pensada:

Educador e educandos (lideranças e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvela-la e, assim, criticamente conhece-la, mas também no de re-criar este conhecimento. Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, estes saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes. Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo-participação, é o que deve ser: engajamento (FREIRE, 1987, p.31, 32).

Sobre Freire:

liberar a capacidade criativa do indivíduo e dar-lhe condições de ocupar um lugar como ator cultural, social, econômico de forma integral, em sua comunidade e em seu território. Isso corresponde exatamente a noção de conscientização de Paulo Freire (VARINE, 2002, apud Wichers, 2011, p.255).

Trabalhar com pessoas e para as pessoas requer “engajamento” para a libertação; libertar-se, nas palavras de Freire (1987), das estruturas estáticas e mecânicas da educação, para a construção individual das impressões sobre a exposição, reflexão sobre como pensar em gerar significado para quem tiver acesso à informação, despertar o interesse; a apreciação e até mesmo a visitação requer engajamento comum por parte de todos os envolvidos. Comunicar para chegar à realidade para gerar significado, para transformar, para gerar percepção, para comunicar, para interagir com o visitante que tem acesso à cultura material arqueológica.

O professor Saul Milder, coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas das UFSM, e sua equipe têm tido a preocupação de educar as comunidades sobre o seu Patrimônio Arqueológico:

buscávamos uma solução que viesse das bases, não simplesmente da academia, não somente uma solução remunerada ao problema (...)Assim novas luzes surgirão e novas energias revitalizando conceitos e práticas já adormecidas do patrimônio de todos nós (MILDER, 2004, apud BESSEGATO, 2004, p . 9-10).

Para ter novamente acesso ao contexto da cultura material do passado que é reintroduzida no presente por processos de comunicação, de pesquisa, de intervenções arqueológicas, é necessária a análise do contexto das “bases”, dos elementos constituintes desta cultura que não se resumem a aspectos materiais, envolvem também os aspectos imateriais. A educação colabora para pensar nesta nova inserção de indicadores de memória (BRUNO, 1995). De discursos selecionados, de cotidianos desconhecidos, não são somente relações de poder que se estabelecem em Museus, em sítios arqueológicos, mas são também relações de significação, de envolvimento, de descobrimento do patrimônio.

Neste sentido, a Educação Patrimonial vem a colaborar no processo de descentralização do conhecimento que, muitas vezes, se mantém restrita a intelectuais; é uma experimentação de novas formas de acesso à informação, ao

discurso arqueológico, para democratização, para possibilitar o acesso ao conhecimento, nessa gama de relações que se interligam com as coleções arqueológicas, com o patrimônio.

CAPÍTULO 3- PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO DOS BENS ARQUEOLÓGICOS

Faz duzentos anos que aqui estou; aprendi sabedorias árabes e tenho tornado contentes alguns raros homens que bem sabem que a alma é um peso entre o mandar e o ser mandado...
Nunca mais dormi; nunca mais nem fome, nem sede, nem dor, nem riso...
(LOPES NETO, 2002, p.14)

Neste capítulo, o Sítio Arqueológico Estância Velha do Jarau estará relacionado ao Museu, à proposta de exposição do acervo arqueológico e à popularização de todos estes campos na comunicação museológica, que tem como produto a proposta de exposição. Este capítulo surgiu das premissas dos capítulos anteriores na construção de uma rede para a formação de uma proposta de exposição museológica.

Parte-se do espaço (Museu) para receber a realidade arqueológica, a cultura material (arqueologia), para a formação da proposta discurso-expográfica na tentativa de elaborar uma mensagem para os visitantes, mensagem esta real e pautada em realidades significativas na vida das pessoas.

3.1 O Museu

Para adentrar no universo museológico e compreendê-lo, é importante conhecer a história do surgimento das instituições que guardam os patrimônios das sociedades.

O Museu nasceu na Grécia, no templo das musas, originou-se da palavra grega *mouseion*; em 306 a. C. surge na Alexandria o Mouseion. O Mouseion de Alexandria era formado por prédios para fins de estudo. Mas para não nos determos no surgimento do Museu, atentando apenas para o seu espaço físico, precisamos compreendê-lo a partir dos bens que o compõe. O Humanismo abre as portas para os Museus no mundo ocidental e é neste cenário que as descobertas arqueológicas

da antiguidade clássica romana passam a serem valorizados. No século XV, surgem o *museum* – na forma latina e o *museo* – na forma italiana (BRULON, 2008).

De acordo com Brulon (2008), as coleções institucionalizadas remetem aos reis do império neobabilônico; as coleções destes soberanos serviam para demonstrar riqueza e poder. Já na Grécia, as coleções remetiam a prestígio e tinham influências religiosas. No Renascimento, a arte desliga-se da influência religiosa; neste momento, passou-se a valorizar as obras de arte e isso norteou a noção de Museu.

Pouco se falava em Museu na Idade Média. O termo reaparece na Europa no Renascimento, período no qual o ato de colecionar se tornou moda graças à mudança de pensamento instituída. Nesta época, os Gabinetes de Curiosidades despontaram incisivamente (Figura 24).



Figura 24: Pintura de Frans Francken II, *Kunst- und Raritätenkammer*(c. 1620-1625, Kunsthistorisches Museum, Vienna).

Fonte: Retirado de <http://memoriasimagens.blogspot.com.br/2010/09/gabinetes-de-curiosidades.html>

A pintura ilustra o pensamento da época de colecionar, na qual todo acervo ficava em exposição, independentemente da tipologia. Na imagem, pode-se observar pinturas misturadas com objetos de uso pessoal e de origem animal.

Já no Brasil, de acordo com Mattos (2010), o Museu Real é tido como o marco inicial do surgimento dos Museus. Baseado nos Museus criados na Europa, a coleção era composta de doações do príncipe D. João, sendo um verdadeiro gabinete de curiosidades, imposto apenas pela vontade do doador sem nenhum tipo de pesquisa ou cientificidade. Sobre o surgimento dos Museus no Brasil:

Nossos primeiros Museus nasceram como obrigação copiada de museus europeus, sem o menor equacionamento aos nossos anseios. Durante todo o século XIX, vão surgir em várias capitais de províncias os Museus Enciclopédicos, muito mais preocupados na acumulação de coleções e nas pesquisas realizadas por “homens sábios”, do que na comunicação e no diálogo com a população (MORO 1972, apud MATTOS e MATTOS, 2010, p. 38).

Os Museus surgiram, para as classes dominantes, no sentido de suprir os anseios destes. Os objetivos giravam em torno dos moldes europeus e para contentar as elites. Dentre os primeiros Museus criados no Brasil podemos citar o Museu Real (Museu Nacional), criado em 1818, no Rio de Janeiro, o Museu Paulista ou Museu do Ipiranga, 1895, São Paulo, e o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém do Pará, que data de 1891 (MATTOS, 2010).

Os Museus podem ser definidos como espaços simbólicos, que comunicam as coleções para o acesso da comunidade. Dentro deste viés museológico as ações de colecionismo de guardar objetos de diferentes valores levam a uma reflexão sobre o que guardar, expor e comunicar.

De um lado estão às coisas, os objetos úteis, tais como podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torna-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente. (...) De outro lado estão os semióforos, objetos que nem tem utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível são dotados de um significado, não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura (POMIAN, 1984, apud WICHERS, 2011, p.28).

No final do século XIX e início do século XX, quando o país passa por uma transição histórica de Império para República, começam a surgir os museus de história, dentre eles destaca-se a criação do Museu Histórico Nacional que surgiu com ênfase na exaltação da memória nacional (MATTOS e MATTOS, 2010). Esse Museu foi fundado em 1922, no Rio de Janeiro, entre outros Museus que surgiram

nesta época. Estes Museus apresentavam exposições com coleções formadas com acervos do período colonial.

No período seguinte, o Brasil passa por uma nova fase de transformações - a Era Vargas, que trazia um nacionalismo exacerbado e buscava uma identidade cultural; esses aspectos da política brasileira refletiam na museologia. Destaca-se, neste período, no cenário museológico, o reconhecimento da cidade de Ouro Preto como Patrimônio Nacional e a criação do Museu da Inconfidência (1944) nesta mesma cidade. A criação deste Museu foi um marco devido à descentralização dos Museus em capitais e à criação em locais do interior do Brasil.

Os anos seguintes, mais precisamente o fim da Era Vargas, trazem consigo a internacionalização da economia brasileira. Os Museus passaram a valorizar a sua atuação educativa, e em 1956 ocorre o primeiro Congresso Nacional de Museus que relacionava os temas Museus e Educação. Neste cenário de valorização dos aspectos educativos dos Museus e da criação de Museus no interior do Brasil, surge o Museu Educativo Gama d'Eça da Universidade Federal de Santa Maria, sugestão desta proposta.

O Museu Educativo Gama d'Eça/UFSM foi criado em 1968, pela determinação do Reitor Fundador José Mariano da Rocha Filho. A primeira sede do Museu foi a sala 5106, no térreo do Cento de Ciências Pedagógicas, que se localizava agregado ao Centro de Ciências Rurais do Campus da Universidade Federal de Santa Maria.

No ano de 1981, recebeu a doação do acervo do Museu Victor Bersani, da Associação dos Caixeiros Viajantes. No entanto, por não dispor de espaço físico adequado para acomodar aproximadamente 3.500 peças, o acervo do Museu Victor Bersani permaneceu nas mesmas instalações, sob a coordenação do Museu Educativo Gama d'Eça. Finalmente, em 1985, foi inaugurada a sede definitiva, na qual se encontra atualmente, no centro da cidade de Santa Maria, ampliando seu espaço físico e reunindo todo seu acervo, incluindo o acervo proveniente do Museu Victor Bersani, tombado em instância federal pelo Instituto Nacional do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN)²⁰, desde 1938, sendo um dos primeiros acervos tombados no Brasil.

²⁰O IPHAN é o órgão do Ministério da Cultura que tem a missão de preservar o patrimônio cultural brasileiro antigo SPHAN, criado em 1937.

O espaço destinado ao Museu é a casa que pertenceu ao médico santa-mariense Astrogildo Cesar de Azevedo. Adaptado à estrutura da casa, muitas vezes requer que ocorram adaptações das exposições ao espaço. O Museu possui um acervo bastante diversificado dentre os quais podemos destacar os bens arqueológicos presentes nas duas coleções: uma aberta a doações - Gama d'Eça, e a coleção fechada - Victor Bersani.

Este Museu localiza-se no centro da cidade de Santa Maria, representando um elo entre a comunidade santa-mariense e o Patrimônio. Recebe todas as faixas etárias e de diversos locais do Brasil e do mundo²¹. No entanto, a grande demanda do Museu são as escolas da rede estadual e municipal de ensino e grupos com mais de dez pessoas, além de turmas de graduação, pós-graduação e grupos de turistas, que o Museu atende através de visitas mediadas. Parte dos bens arqueológicos do Museu está exposta na primeira sala, no corredor que se encontra no andar térreo. Dessa forma, é necessário, para a contextualização de uma proposta de exposição, compreender a instituição na qual os bens serão inseridos, neste caso específico da proposta o Museu Educativo Gama d'Eça/UFSM

O Museu é um espaço que disponibiliza os bens materiais à comunidade de forma acessível através da exposição e deve ser um centro cultural e intelectual. De acordo com Bastos e Brunhns (2006), o Museu age nas esferas de salvaguarda e de comunicação. É uma instituição que trabalha com os indicadores da memória (BRUNO, 2005) e possibilita o acesso da população aos patrimônios, neste espaço simbólico, que num contexto geral exprime significado, pelas coleções que o compõe e que recebe. O Museu é formado por pessoas, visto que depende diretamente delas para se manter, pois são elas que gerem os bens (salvaguarda e comunicação), que visitam este espaço, de diferentes significados, e independentemente da intencionalidade na visitação ao Museu mantém contato com o Patrimônio. O Museu é uma instituição que valoriza, pesquisa, preserva, mantém e existe para a sociedade. Para Scheiner (1998):

Entendida enquanto processo, enquanto jogo de articulações da emoção e da mente humanas: o Museu, espelho e representação do Homem e das realidades por ele percebidas, opera simultaneamente nos diversos planos

²¹Informações coletadas dos livros de pesquisa de público do Museu Educativo Gama d'Eça/UFSM.

de memória, constituindo-se à imagem e semelhança dos valores, desejos e expressões de distintas sociedades, que continuamente o recriam – no tempo e no espaço – seja para dar-lhe uma nova forma, seja para reatualizar formas já instituídas e consagradas.” (SCHEINER, 1998, p.31).

O Museu é formado por pessoas que escolhem, elaboram, decidem e definem o que será colocado ao acesso do público, de que forma e para quem; neste ambiente estabelecem-se relações de poder. É um ambiente carregado de sentimentos, emoções e ações. Tudo o que está no Museu, até mesmo a sua estrutura física, foi feito por alguém, para alguém, por alguma necessidade ou vaidade. Representa as sociedades pretéritas, como pode também representar a sociedade presente. É um ambiente de identidade, realidade, memória, história, seleção, curiosidade e poder. Pode desenvolver ações educativas (Educação Patrimonial) ou não, embora por si só ele seja um ambiente de autonomia.

A Educação Patrimonial trabalha a partir dos bens e almeja o desenvolvimento na população de uma consciência crítica do seu papel na sociedade, para que ocorram modificações com seu relacionamento com o patrimônio, para que a sua visão de mundo se amplie e reinterprete as informações que foram comunicadas ou apenas para apreciá-las. O Museu é criado com a proposta de atuar na esfera da Educação Patrimonial, visando a contribuir para a construção do conhecimento de forma crítica. Com relação às coleções arqueológicas:

Observa-se também que, ao contrário da Europa, as coleções de natureza arqueológica, no Brasil, vão pertencer a museus científicos, ainda que naquele momento (final do XIX) os museus fossem constituídos por coleções bastante ecléticas (MATTOS e MATTOS, 2010, p.38).

O Arqueólogo, quando realiza as intervenções coletando os objetos, torna-os bens, agentes de uma sociedade. A cultura material que até então era utilizada pela sociedade à qual pertencia como utensílio passa a desempenhar a sua simbolização, que carrega o potencial de informação e de reinterpretação, que desperta memórias, que as seleciona e determina o que vai ser descoberto e construído a partir da sua coleta; todo bem arqueológico é semióforo.

A Arqueologia surgiu a partir de coleções de determinados bens. No caso específico desta Dissertação, a coleção arqueológica que foi extraída do Sítio é

organizada por categorias de acordo com os materiais coletados, por exemplo, vidro, metal, osso.

Os bens arqueológicos, quando disponibilizados à sociedade através da exposição no Museu, podem atuar como interventores desta sociedade. Para realizar um trabalho significativo, tanto o espaço museal quanto o espaço do qual é retirada a cultura material, deve ser levado em conta no processo da ação de elaboração da proposta de exposição. Dessa forma, há relação entre sociedade e pesquisa o que colabora para gerar a preservação do patrimônio. A museologia passou a compreender mais as relações e não se deteve tanto à estrutura física e estática do Museu. Guarnieri (1990) entende a museologia como o estudo do fato museal que, na sua definição,

É a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado, ou o museu (GUARNIERI, 1990, apud SILVA, 2010, p.46).

A relação deixa de ser somente baseada na razão e passa a ser levado em consideração o homem sujeito ativo com emoções. O homem vai de passivo para o sujeito ativo da sua construção, não da construção que lhe é imposta.

Surge a liberdade de ação. Bruno (1997) apud Silva (2010) coloca dois grandes fenômenos - “a necessidade de compreender o comportamento individual e/ou coletivo do Homem frente ao seu patrimônio” e “a potencialidade de desenvolver mecanismos que possibilitem que, a partir desta relação, o patrimônio seja transformado em herança e esta, por sua vez, contribua para a necessária construção da identidade (individual e coletiva)” (BRUNO, 1997, p.15).

O patrimônio exerce este papel fundamental de interventor da sociedade, o seu potencial por si só como testemunho da realidade. Guarniere (1990) apud Silva (2010) instiga no homem, ser com emoções, o que Bruno (1997) coloca como aquilo que se transforma em herança, gera identidade, constrói uma relação até então inexistente. Esse caráter humano da museologia e do Museu deixou de ser estático e colabora para que a inserção da arqueologia na instituição Museu seja um processo significativo, em que os visitantes consigam fazer associações à sua

realidade, tenham acesso à realidade arqueológica (WICHERS, 2011). Com relação ao homem agente desta transformação:

Esse homem é aqui entendido como indivíduo, grupo, comunidade, sociedade e população. Nessa relação com a realidade, o homem cria a cultura como resultado do seu trabalho. Ele estabelece significados e atribui valores à suas criações. Na medida em que esses significados entram para a sua hierarquia de valores, passando de coisas a bens, transfiguram-se em patrimônios (WICHERS, 2011, p.30).

O homem atribui valores, significados, estabelece relações, ele age para produzir o patrimônio que até então era utensílio, objeto, e passa a ser bem, patrimônio, é salvaguardado e comunicado e volta a agir na sociedade, testemunho que passa a ser agente, ponto de partida da Educação Patrimonial, matéria-prima das coleções, a primeira aplicada por ele a segunda criada por ele também. Estes são os princípios que partem para a inserção dos bens arqueológicos neste ambiente de valorização das relações, das potencialidades, da sensibilização e do Museu interior ao Museu integral (SCHEINER, 1998).

3.2 Exposição dos Bens Arqueológicos

A proposta de exposição do acervo da arqueologia leva a um desafio, devolver à população (leiga) o conhecimento gerado nas pesquisas pelo arqueólogo, encontrando apoio na museologia, de caráter interdisciplinar, que possibilita o acesso da população aos bens arqueológicos através de construções a partir das narrativas elaboradas pela arqueologia. Sobre o trabalho do arqueólogo no desenvolvimento de pesquisas, encontra-se reforço nas palavras de Cândido: “a devolução à sociedade do conhecimento produzido e da herança constituída a partir do trabalho arqueológico” (CÂNDIDO, 2004, apud SILVA, 2008, p. 51, 52).

As pesquisas arqueológicas trazem à tona narrativas da cultura material, da compreensão da funcionalidade social e cultural dos utensílios utilizados pelas diferentes sociedades; a cultura material é compreendida através dos elementos que a compõe: história, personagens, espaço e enfoques.

No processo de exposição destes bens, leva-se em consideração quais objetos serão expostos e como. Este critério de seleção implica o enfoque dado às pesquisas arqueológicas e os objetivos diretos do pesquisador.

Na maioria das prospecções, a quantidade de bens patrimoniais coletados é superior à capacidade para a exposição em instituições museológicas, ou em outros espaços. Dessa forma, faz-se necessária uma seleção que não implique favorecimento a determinados elementos, como, por exemplo, status social. Para que isso não ocorra, a seleção proposta por esta Dissertação é realizada a partir dos diferentes elementos que formam as narrativas arqueológicas desenvolvidas em pesquisas.

Outro ponto é a limitação do bem arqueológico, que não se resume à forma isolada do objeto, mas possui um contexto cultural formador, colaborando para o processo de conscientização cultural e apreensão deste pela sociedade (FUNARI, 2003).

Quando coletado de um Sítio Arqueológico, o artefato pode limitar-se ao objeto por si só. Para um leigo, um garfo artesanal pode ser apenas um garfo utilizado para alimentação, mas um garfo artesanal encontrado no interior do município de Quaraí, numa estância que remonta ao século XIX, na fronteira do Rio Grande do Sul, próxima ao Cerro do Jarau, pode inferir inúmeros questionamentos: Como este objeto foi construído? Para qual finalidade? Por quem era utilizado? Em qual local do Sítio Arqueológico foi encontrado? Representava o quê? Qual a matéria da sua composição? Era comum o uso de garfos nas estâncias do século XIX? Entre outros elementos que levam à formação de hipóteses.

Desse modo, à cultura material o artefato garfo, por exemplo, traz uma série de elementos que colaborarão para a compreensão da história do local, de sua utilização, sua simbologia, bem como de quem o utilizou. Assim, poderemos nos identificar com este bem arqueológico que pertenceu a uma sociedade que precedeu a nossa, compreendendo a complexidade de sua utilização nos dias de hoje, as diferenças de valores de uma sociedade para a outra, a nossa própria história, independente do local, no caso desta Dissertação, Quaraí, mas as estâncias fazem parte da formação do nosso estado e conseqüentemente da nossa população, as influências que exercem sobre a nossa cultura, sobre o modo de vida, da simbolização dos objetos à apreensão deste patrimônio.

A exposição dos bens arqueológicos é uma forma de preservação, de valorização e de concretização destes enquanto patrimônios que não se restringem a sua esfera material e são repletos de significados e ações, sendo indicadores da memória. De acordo com Bruno (2005), a exposição dos bens arqueológicos projeta no cotidiano da população os vestígios daqueles que nos precederam, de forma que a população entre em contato com este bem arqueológico, tenha acesso a este, percebendo-o como um interventor no cotidiano da sociedade atual.

Para realizar uma proposta de exposição destes bens arqueológicos da Estância Velha do Jarau e disponibilizá-los à comunidade, é importante compreendermos os seus contextos históricos geradores. Através das escavações, os sítios são destruídos fisicamente, perdendo suas características *in situ*, perdendo parte das informações. A exposição não supre as carências ocasionadas pelas escavações, mas colabora para o acesso à cultura material pela sociedade, passando a ser um elo entre pretérito e presente.

Nesse processo, busca-se equacionar a questão do objeto não permanecer *in situ*, tendo como base, para a elaboração do contexto, elementos formadores desta cultura material, bem como o período histórico, social em que os habitantes da Estância estavam inseridos e a utilização simbólica e utilitária destes bens, bem como o registro lendário e mítico que cerca este espaço e que abriga a cultura material.

O ideal no processo de exposição da arqueologia seria que a comunidade, da qual fazem parte os bens arqueológicos, tivesse acesso aos mesmos para que esse acesso gere ações de salvaguarda, preservação e valorização; mas, para que isso ocorra, são necessárias ações de Educação Patrimonial de “alfabetização cultural” (HORTA, 1999).

Neste viés, há pouca estrutura física na cidade para a realização de uma exposição museológica. Assim, o local no qual são realizadas as pesquisas – o LEPA, Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria, suporta esta demanda, pois os bens são documentados, pesquisados no âmbito do laboratório, o que comporta disponibilizar estas pesquisas para a comunidade acadêmica e santa-mariense que atualmente preserva e armazena esta coleção; entretanto, sempre fazendo referência à comunidade na qual foi coletada a coleção arqueológica e os elementos que a permeiam.

Frutos da produção humana, os bens arqueológicos coletados no Sítio Estância Velha do Jarau possuem um potencial de interpretação, pois apresentam dois aspectos: os de produtos de utilidade prática e simbólicos (FUNARI, 2003). O artefato não é apenas um guia de relações sociais, mas constitui a cultura material, sendo interventor e orientador das ações humanas, uma vez que o homem se relaciona com o mundo através dos objetos.

As características da musealização da arqueologia são as seguintes:

- a) Inserção patrimonial em museus de distintas tipologias;
- b) Musealização das áreas de pesquisa *in loco*, por meio da constituição de museus de sítio, da reconstituição de vestígios construídos e do salvamento arqueológico de áreas vulneráveis aos processos de desenvolvimento;
- c) Implantação de depósitos de pesquisa, como estruturas de apoio tanto das pesquisas quanto dos museus;
- d) Gerenciamento informatizado dos acervos e da documentação primária dos trabalhos de campo e laboratório e da análise sobre os resultados;
- e) Apresentação de discursos expositivos embasados na contextualização dos objetos arqueológicos
- f) Vinculação entre os princípios da Educação Patrimonial e da Arqueologia Experimental para a sensibilização e apropriação dos bens arqueológicos em relação ao grande público, a partir de museus e monumentos (BRUNO, 2005, p.242).

As características da musealização da arqueologia abrem um leque de opções para o trabalho advindo da cultura material, possibilitando estabelecer uma relação entre as pesquisas arqueológicas e as instituições museológicas como detentoras de possibilidade de acesso e divulgação de todo o trabalho que envolve a arqueologia, bem como o trabalho de campo, a coleta, a pesquisa, a documentação. Complementando, sobre a musealização da Arqueologia:

Organiza-se a partir de estudos relativos a cadeia operatória de procedimentos museológicos se salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural), aplicados à realidade arqueológica, constituída a partir de referencias patrimoniais, coleções e acervos. Por um lado, estes estudos buscam o gerenciamento e preservação destes bens patrimoniais e por outro têm a potencialidade de cultivar as noções de identidade e pertencimento (BRUNO, 2007, p.1).

A musealização é uma ação que se inicia com uma determinada coleção que foi criada a partir de critérios de escolha do local da escavação. Esta coleção possui informações, ocorrendo uma valorização dos objetos que a compõe. A autora acima se refere às implicações da musealização: salvaguarda e comunicação. Já outra autora considera a transferência de objetos para o Museu através de três vieses: documentalidade, testemunhalidade e fidelidade (GUARNIERI, 1990, apud CURY, 2005). Para a autora, a documentalidade está no potencial do objeto enquanto portador de informação, cultura material, testemunho de uma sociedade, bens simbólicos que através do Museu são passíveis de apreciação, reflexão, sentimentalidade, identificação pela sociedade.

Quando a seleção ocorre, seleciona-se dentro de uma coleção o que por em destaque, o que comunicar, e nesta questão entram as discussões sobre os lugares de memória (NORA, 1993).

O Museu pode ser considerado um lugar de memória, um lugar no qual, ao entrar em contato com o patrimônio, remete à história em comum, a uma tensão entre a história e a memória sobre este fato:

Memória, História, longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no tempo presente; a história uma representação do passado (NORA, 1993, p.9).

A exposição da arqueologia busca, através dos bens arqueológicos, que podem ser inseridos no Museu enquanto instituição, gerenciar estes bens sob duas perspectivas: a de comunicação, através da qual o conhecimento advindo da cultura material é passada à população de forma geral, na tentativa de identificação e compreensão, através das narrativas utilizadas na exposição; e, a partir das construções de salvaguarda, que tendem a descrever os processos através dos quais estes bens foram coletados, documentados para a comunicação com o público que tem acesso a estes e posteriores ações de Educação Patrimonial para colaborar na apreensão individual que gere identificação e preservação.

3.3 A Comunicação Museológica

Uma exposição é o resultado de uma comunicação museológica, é a representação de pesquisas realizadas sobre determinadas coleções, estas coleções são dispostas em locais que são representações simbólicas do espaço.

A exposição, de acordo com Cury (2005), é o produto de um sistema de comunicação museológica que disponibiliza à sociedade as informações acerca do Patrimônio Cultural que fica ao acesso das pessoas.

A exposição pode ser considerada uma democratização do patrimônio, para apreciação e construção de novas associações e percepções acerca da realidade e das relações de cada pessoa com o patrimônio.

Sobre a comunicação museológica:

Sistema de comunicação museológica é um conjunto de partes que formam um sistema por constituírem uma interdependência, condição para atingir o objetivo da exposição, a partir da operação de uma série de ações/atividades. Mas o sistema de comunicação museológica, assim como qualquer outro sistema, não deve constituir-se pela soma das características das partes, dos elementos, mas sim pela interação desses, constituindo o todo, a unidade orgânica indivisível. As características do sistema de comunicação museológica está no todo, na sua globalidade, na sinergia (CURY, 2005, p.52).

No caso desta proposta de intervenção, a comunicação museológica pode ser compreendida como todos os elementos que formam os capítulos desta Dissertação e que podem estar imperceptíveis, mas são partes inerentes da formação da exposição. O cenário da exposição e da comunicação museológica enquanto sistema é o Museu, que age na esfera de elo entre o patrimônio e a sociedade que visita este espaço.

locais onde o relato é levado a cena podendo o espaço museal ser entendido como um desses cenários. Entender o museu como cenário nos leva a percebê-lo como espaço de reestruturação, encenação e reencarnação, no qual os processos de hibridação das representações do social e do cultural são elaborados como sentidos simbólicos (PRIMO, 2007, apud WICHERS, 2011, p.32).

Nestes cenários, como se refere Primo (2007), encena-se o cultural e o social para atingir o objetivo, o visitante, neste espaço que se forja com todas as implicações que o compõe, elo entre o patrimônio e as pessoas.

A exposição passa uma mensagem visual ao seu visitante, é um espaço produtor de narrativas, de seleções, de possibilidades, de sensações, de sentimentos. Como matéria-prima tem-se as coleções próprias do Museu ou as coleções visitantes. Parte da exposição consiste no planejamento da mesma atentando para critérios como recursos, espaço, prioridades, público alvo, objetivos, organização.

O Museu estreita esta relação das pessoas com o patrimônio, bem coletivo que testemunhou sociedades pretéritas, pois são objetos reais que fizeram parte de determinadas realidades, compostos com diferentes materiais. Bens patrimoniais que levam induzidamente, de acordo com a escolha do bem dentro da coleção, a atentar para um determinado elemento dentro do contexto geral da coleção, criando uma determinada seleção da narrativa.

No trabalho referido, a proposta da exposição museológica assume a missão de socializar este patrimônio de fundamental importância para a sociedade como uma forma de popularização das pesquisas arqueológicas desenvolvidas instigando a preservação, valorização, identificação com o Patrimônio Arqueológico. O produto da Dissertação, a proposta de exposição, contribuirá para disponibilizar à comunidade o acesso às informações, através da comunicação da exposição, promovendo a busca da identificação, apreensão e valorização destes bens arqueológicos do Rio Grande do Sul, como patrimônios culturais de fundamental importância, não apenas para o entorno, mas também para a arqueologia brasileira.

Assim, através da proposta de exposição museológica, busca-se trabalhar a Educação Patrimonial equacionando a questão dos bens arqueológicos musealizados, fora do seu local de origem no processo de apreensão e valorização do patrimônio.

Juntamente com a proposta de exposição são sugeridas ações de Educação Patrimonial concomitantemente. Para argumentar, utiliza-se a citação de CHAGAS:

A comunicação como se sabe, só se efetiva quando o código utilizado pelo emissor passando pelo canal e superando a contaminação e o ruído, é decodificado pelo receptor, do discurso articulado pelo emissor pode ser

para este uma maldição ele também pode ser para aquele uma espécie de benção na medida em que abre a possibilidade do diálogo com o imprevisível (CHAGAS,1998, p.190).

Comunicar é um ato subjetivo, no qual se tenta passar percepções aos visitantes da exposição que podem receber de acordo com o seu subjetivo porque é um jogo de relações. “É na exposição que se potencializa a relação profunda entre o Homem e o Objeto no cenário institucionalizado” (CURY, 2005, p.34).

Sobre as formas de comunicação, Cury (2005) chama a atenção para o caráter social do Museu, que, de acordo com a forma de comunicação, acaba ficando restrito a uma determinada elite; são discursos direcionados para interessados no assunto. A autora destaca a palavra Templo para se referir aos Museus sobre esta perspectiva. Os Museus como espaços de debate, acesso, interação. A autora coloca que, em 1972, foram introduzidas algumas noções de Museu: dinâmico (ALMEIDA, 1997) e integral (VARINE, 1995). O Museu passa de estático e bancário (FREIRE, 1987), a ser concebido como um local de acesso e reflexão, no qual as coleções se destacam como ponto chave no alcance deste objetivo (CURY, 2005, p.36).

Reforçando essa conceituação, temos a Declaração de Caracas de 1992:

Isto significa ,que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interação da comunidade com o processo e os produtos culturais (DECLARAÇÃO DE CARACAS, 1992, p. 39).

A partir desta perspectiva sobre interação, relações entre pessoas, museu e patrimônios culturais, é importante salientar as formas de elaboração de exposições, que podem ser entendidas a partir de duas premissas concebidas por um profissional, o único que determina todos os processos, e elaboradas por uma equipe. Nesta Dissertação, a proposta de exposição está em consonância com a elaboração da exposição a partir de uma equipe interdisciplinar. Sobre a equipe que elabora exposições:

A equipe é formada para responder as indagações: como as pessoas aprendem o quê e como estamos ensinando e ainda, quais são as melhores estratégias expográficas de comunicação. Como resultado surgiram as

equipes interdisciplinares formadas por pesquisadores, educadores, designers e museólogos (CURY, 2005, p. 37).

Essas considerações de Cury (2005) abrem um leque de oportunidades na tentativa de atingir o público de forma significativa, na qual a informação disponibilizada na exposição e a forma como se configura a mesma objetiva participar da realidade dos visitantes, instigando-os, desafiando-os, para, a partir das percepções, refletir sobre questões a respeito do por que dentro da coleção a escolha daquelas peças, a forma como está configurada, ou até mesmo despertar a curiosidade para aprofundar o conhecimento em algum ponto.

A exposição carece desse olhar diferenciado que não se detém apenas na pesquisa, que busca conhecimentos de outras áreas para realizar a comunicação. A interdisciplinaridade transita entre a Arqueologia histórica da Estância Velha do Jarau e a museologia da instituição Museu - local da exposição e da educação que está no discurso, na forma de tentar atingir os visitantes, nas formas de complementação, que não se limitam ao espaço da sala.

O público visitante da exposição nesta perspectiva deixa de ser passivo nos moldes de uma educação Freireana Bancária²² e passa a ser ativo construtor da reinterpretação, crítica, reflexão ou apenas apreciação. Nesse sentido:

Participar de um processo de apreciação é existir por um momento através da sensibilidade e valores do outro. Os autores criam através de quem eles são pessoal e culturalmente, e o fruidor responde através de quem ele é pessoal e culturalmente. É um encontro profundo (RIZZI, 1998, p. 220).

Essa constatação leva a refletir que, independentemente da apreciação ou da depreciação, são relações que influenciam o visitante, que constrói ativamente, a partir do patrimônio exposto, testemunho da realidade de uma sociedade que precedeu a nossa e que influencia a identidade, a identificação como um elo agindo como indicadores de memória (BRUNO, 1995).

De acordo com o guia do IPHAN (2008), no capítulo seis, montagem de exposições, alguns são os motivos que levam as pessoas a visitarem os Museus:

²² Educação baseada nos pressupostos teóricos de Paulo Freire, para saber mais FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

preencher o tempo; proteger-se do mau tempo; procurar inspiração; saciar uma curiosidade ociosa; satisfazer a fome de conhecimento; educar crianças; estar na moda; passar o tempo com família e amigos. Dentre os motivos elencados pelo guia, todos levam ao acesso ao patrimônio, o que não importa é a forma do acesso, mas sim o acesso que por si só já amplia a visão de mundo do visitante, acrescenta algo, pois foi uma nova experiência, que de alguma forma vai ser lembrada na vida do visitante.

A parceria da museologia com a arqueologia age na esfera dos benefícios, pois os processos museológicos podem suprir as demandas arqueológicas. Isso ocorre, por exemplo, com os bens quando retirados dos sítios arqueológicos, nos quais compõe um contexto, pois podem perder o caráter de bem coletivo, assumindo a definição de objeto interpretado de forma isolada.

A comunicação que ocorre através da exposição museológica atenta para contextualizar estes bens de modo que a população, de forma significativa, associe a sua realidade este patrimônio. Essas associações são formadas através das construções do tema articulado com a cultura material, matéria-prima e construção da comunicação expográfica.

O conhecimento acerca de que trata a exposição é organizado pelo discurso expositivo, que é selecionado de acordo com determinados critérios. Inicialmente deve ser observado qual o tipo de discurso a ser utilizado. Ennes (2008, p.34) cita três tipos de discursos: narrativo (textos e etiquetas); metafórico (focar nas emoções); intelectual (informações que ordenam o conhecimento).

A partir dessa seleção, é possível verificar outros elementos como critérios de escolhas de peças, espaços, vitrines, efeitos, cor, iluminação, arquitetura. É através destes recursos que se reforça ou se destaca determinada informação sobre determinado patrimônio, é um discurso intencional, baseado em valores, é subjetivo, que conversa interdisciplinarmente e considera o visitante a peça central do enredo expositivo.

Através do discurso expositivo, o visitante recebe uma mensagem, que significa alguma coisa a partir do momento que se entra em contato com a exposição. Essa mensagem na sua concepção e planejamento direcionou-se para o visitante, para a melhor forma de ele recebê-lo, de interagir com ele, de refletir sobre a exposição, de forma acessível e democrática, de modo que sua informação, que

provém da academia, não se reduza a uma elite de intelectuais reservada, que transpareça nesta mensagem a sua realidade, o testemunho, encantamento, repúdio, que de alguma forma signifique e interfira na vida dos visitantes.

Conforme o exposto anteriormente, a comunicação museológica é entendida como ação socioeducativa e cultural (WICHERS, 2011), de forma que se atente para como a cultura material coletada em intervenções é disposta na comunicação museológica no espaço de Museu. A coleção por si só é expressiva e passível de diversas abordagens de forma que a mensagem que se passa ao visitante determina as direções do seu olhar. Assim:

Quais são os caminhos para que a museologia não seja mais um elemento de colonização?(...) Como os museus podem atuar de forma significativa para os grupos sociais, se em muitos países as coleções são formadas por “referências culturais” que forma arbitrariamente selecionadas? (BRUNO e ARAÚJO, 1989, apud WICHERS, 2011, p.170).

Esses questionamentos nortearam a elaboração da proposta de elaboração da exposição, principalmente pelo fato de o Sítio Arqueológico Estância Velha do Jarau ser carregado no imaginário popular de figuras míticas como a Teiniaguá e Bento Manoel Ribeiro, pois como não se deter a estes aspectos e elaborar um contexto discursivo que não se detenha à elite e à lenda, mas trazê-los à tona como elementos que constroem junto com todo o restante a narrativa? Sobre tipos de narrativas museológicas, tem-se o quadro de Wichers adaptado de Hernandez (2010) (Figura 25):

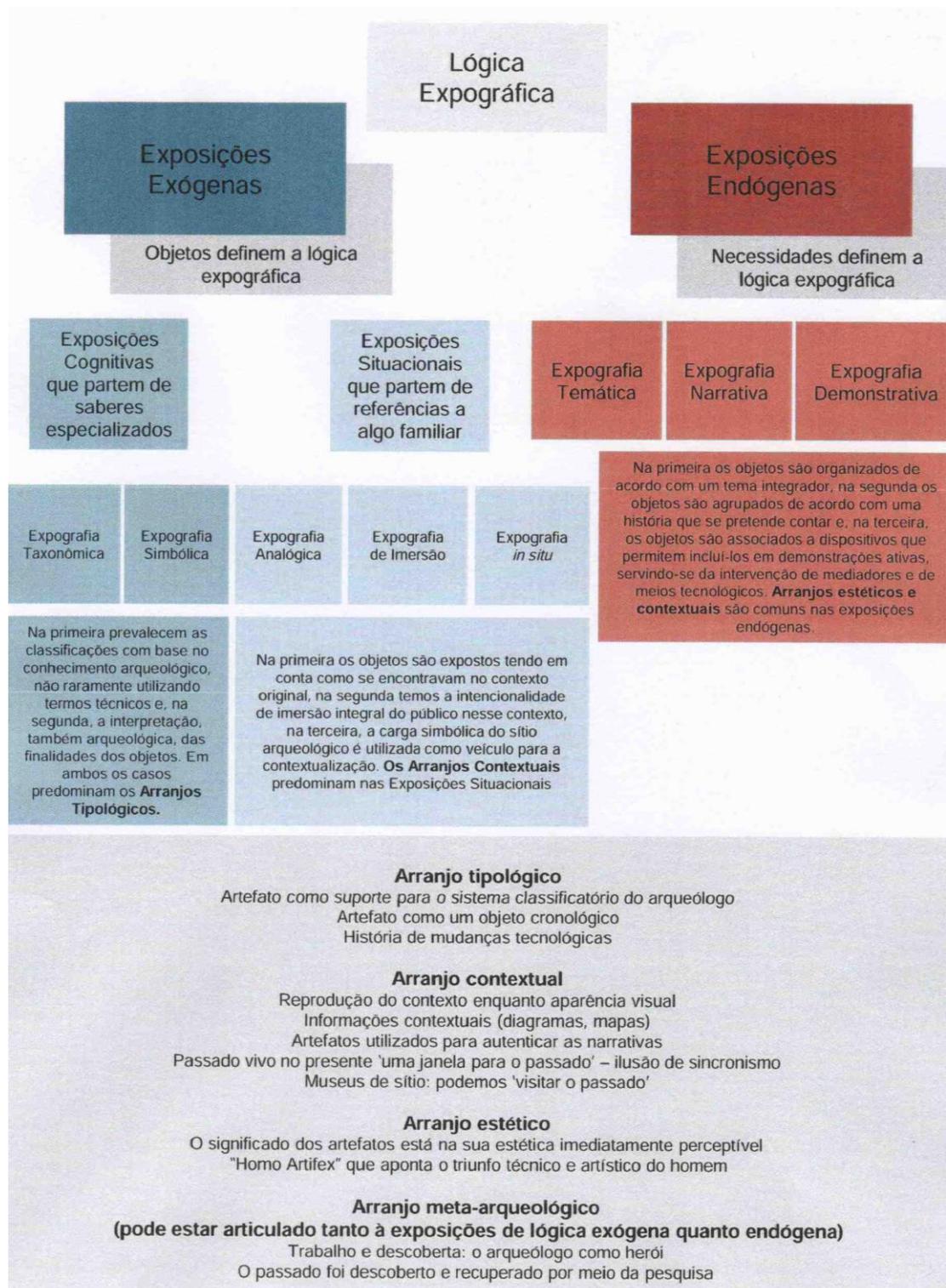


Figura 25 - Esquema sobre narrativas arqueológicas.
Fonte: Hernandez 2010 apud Wichers, 2010 p. 175

A lógica expográfica da proposta parte da cultura material como fonte de informações para a elaboração de hipóteses, baseado nas pesquisas arqueológicas, assim procura-se articular este discurso arqueológico, com rigor científico as

pesquisas e fidelidade às informações extraídas destas, por isso utilizou-se as pesquisas já efetivadas por arqueólogos e estudantes.

Desta forma, dentro deste viés pode-se caracterizar a exposição como exógena, da relação da expografia do arranjo contextual e tipológico, no qual parte-se da cultura material para o contexto que colabora para a compreensão da cultura material, da qual partem as narrativas elaboradas a partir da análise do material. No arranjo tipológico, parte-se da cultura material para selecionar o material e classificá-lo de acordo com o seu material, assim temos: metais, ossos, louças, vidros. No arranjo contextual tem-se a própria cidade como um espaço de fronteira carregado de peculiaridades, para o Cerro do Jarau, no qual localiza-se a Estância.

O contexto é utilizado como forma de amenizar a cultura material estar fora do seu local de origem, no caso específico Quaraí, o material não está *in situ* irá ser reinserido num local diferenciado, mas tenta-se estabelecer relações entre Quaraí e Santa Maria, no qual propõe-se realizar a proposta de exposição.

3.4 A proposta de exposição

A exposição museológica, como foi visto anteriormente, é um ponto de acesso da população ao patrimônio cultural, é a linguagem que comunica por si só de forma autônoma, que passa mensagem ao visitante e procura atingi-lo para que a informação que provém da comunicação seja usufruída.

A proposta de exposição com os bens arqueológicos da Estância Velha do Jarau caminhou entre os capítulos da Dissertação, para deles tirar conteúdo desde a história da Estância, a lenda, as intervenções arqueológicas, o Museu e a musealização até chegar à comunicação museológica e à exposição.

A proposta em si foi pensada de uma forma ampla sem ser reducionista e se deter em elementos norteadores como a elite histórica e o imaginário popular, não que tenha sido descartada; pelo contrário, foi levado em consideração, mas sem ser o destaque, pois faz parte do conjunto de elementos que formam este discurso expográfico.

Conciliar os pressupostos da arqueologia histórica que partem da cultura material para desvelar as narrativas produzidas no passado, com a museologia, o Museu que joga no presente o patrimônio, é uma tarefa instigante à medida que a informação produzida nas pesquisas arqueológicas e os bens coletados, quando popularizados à sociedade, agem como interventores, como instigadores e assim projetam a realidade arqueológica produzida no presente (WICHERS, 2011).

A proposta está fundamentada na necessidade de união dos conhecimentos interdisciplinares. Nesta proposta, a educação, a arqueologia e a museologia caminham em conjunto para que a exposição aja didaticamente, na medida em que por si só possa ser um elemento interventor. Sobre a exposição e a sua importância em um Museu:

principal veículo de comunicação dos museus com a sociedade, a atividade que caracteriza e legitima o museu como tal. Sem as exposições, os museus poderiam ser coleções de estudo, centros de documentação, arquivos; poderiam ser também eficientes reservas técnicas, centros de pesquisa ou laboratórios de conservação; poderiam ser, ainda, centros educativos cheios de recursos – mas não museus (SCHEINER, 1991, apud ENNES, 2008, p.41).

A coleção arqueológica, quando democratizada através da exposição, mantém um contato direto entre o patrimônio arqueológico e o visitante, e cabe à exposição atrair o visitante, instigá-lo a conhecer o patrimônio arqueológico de todos.

A elaboração da exposição une a objetividade com a subjetividade, à medida que dentre os bens da coleção é necessário que ocorra uma seleção e que esta estabeleça algum critério. A proposta desta exposição é exógena, a linguagem a ser utilizada é a narrativa, na qual se pretende colocar todos os elementos formadores da coleção desde a sua origem, quando coletados do solo por arqueólogos, até a sua realidade, a cultura material como testemunho de uma determinada sociedade. A exposição precisa ter um contexto que conquiste criar um “cenário dramático para objetos e informações”:

As cores, os níveis de luz, os estímulos visuais, o som, o drama da montagem e do design, a beleza e a originalidade dos objetos específicos – tudo isto tem um papel no desenvolvimento da metáfora, da tradução, da

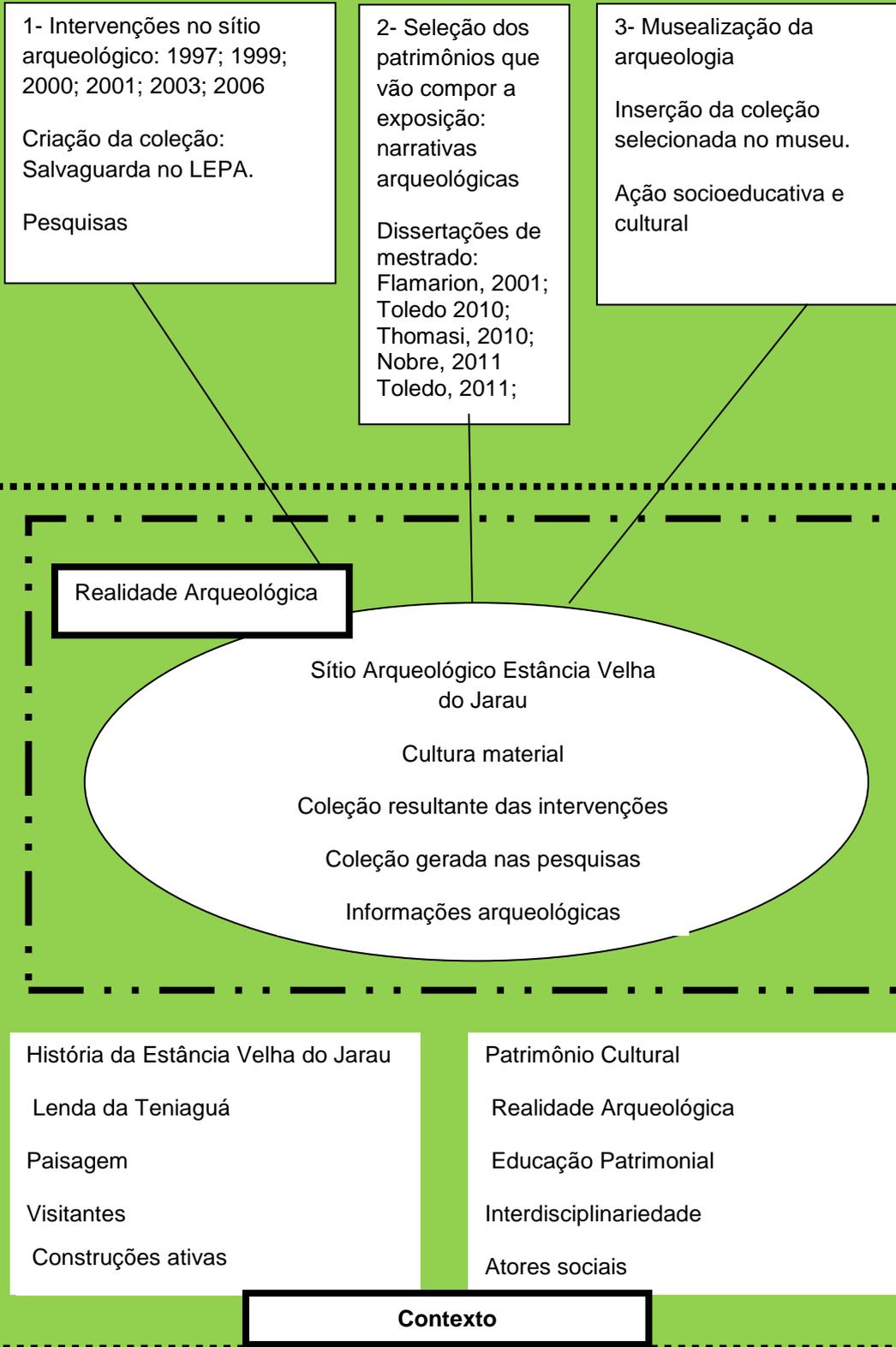
narrativa construída, da ficção que é a exposição (RUFFINS, 1985, apud ENNES, 2008, p.42).

Já de acordo:

A exposição museológica é o resultado de várias intervenções, não apenas conceituais, mas físicas, de cunho comunicacional. É através da aplicação de técnicas e estilos, combinados á forma e a função, que é possível atingir os efeitos pretendidos, permitindo a avaliação visual, estética e sensível junto do processo de compreensão da informação contida neste universo de imersão (ENNES, 2008, p.42).

Como aponta Ennes, a exposição não depende apenas da arqueologia e da museologia, mas sim de uma série de contextos que compõe o patrimônio cultural e que precisam ser expostos para que haja uma abrangência maior da exposição e da mensagem que se deseja passar através da linguagem utilizada.

Plataforma 02 - Esquema explicando os elementos que compõe a proposta de comunicação museológica. Baseado em WICHERS (2011, p. 37) modificado pela autora.



PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA ESTÂNCIA VELHA DO JARAÚ PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA

Aluna: Priscila Linassi

Orientador: Saul Eduardo Seiguer Milder

No esquema elaborado acima (Plataforma 02), é possível compreender como foram elaborados os critérios de seleção dos patrimônios a serem valorizados dentro de uma coleção do Sítio Arqueológico. O sistema de comunicação museológica, de acordo com as relações que os elementos estabelecem entre si constroem um produto - a exposição, é a forma de acesso aos elementos pelo visitante.

A realidade arqueológica (WICHERS, 2011), formada pela cultura material que esteve inserida em uma sociedade e volta a ser inserida novamente, requer muito cuidado, à medida que os critérios utilizados para a seleção dos patrimônios a serem expostos podem levar os visitantes a ter uma visão reducionista da coleção.

Dessa forma, a narrativa arqueológica será preservada, as informações coletadas do acervo por arqueólogos e estudantes que desenvolveram as pesquisas serão a fonte das informações das narrativas arqueológicas que atuarão em conjunto como contexto geral que procurará ser o mais didático possível, à medida que o visitante, entrando em contato com a exposição, tenha uma reação e atingir um público cada vez mais amplo.

A escolha dos bens arqueológicos pesquisados pelos arqueólogos entra em consonância com os objetivos principais da exposição de popularizar o conhecimento arqueológico desenvolvido na academia e, neste caso, no LEPA (Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas). Para formulação das narrativas, foram acessados diários de campo, fotografias, dissertações, além da própria cultura material (Plataforma 03).

O público alvo da exposição seriam as crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio. Este público foi escolhido para atingir um público mais amplo, à medida que a exposição buscará ser mais impactante educacionalmente e utilizará uma linguagem simples e objetiva, garantindo que as informações sejam precisas (Plataforma 04). Sobre os recursos expográficos:

Os recursos denominados expográficos são variados. Textos, legendas, ilustrações, fotografias, cenários, mobiliário, sons, texturas, cheiros, temperatura compõe um conjunto de elementos enriquecedor da experiência do público, na medida em que potencializa a interação entre o público, na medida em que potencializa a interação entre o público e o patrimônio cultural. Potencializa, ainda, o discurso museológico estruturado na articulação entre os objetos museológicos e esses outros recursos no espaço (CURY, 2005, p.46).

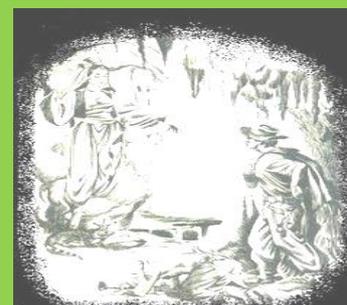
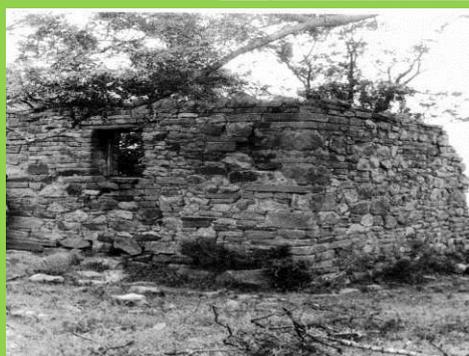
Cury (1995) coloca que não se deve deixar em detrimento o objeto museológico, que é o principal na etapa de comunicação museológica; é dele que partem também as ações da Educação Patrimonial e é o elemento gerador da arqueologia à cultura material, à materialidade da cultura. Os recursos colocados por Cury (2005) são uma complementação na linguagem do potencial do patrimônio.

O espaço físico disponível para a proposta de exposição é uma sala de aproximadamente 27,5m², com duas aberturas, o que tira um pouco do espaço; as paredes são bege e as aberturas marrons (Plataforma 05). A iluminação da sala será artificial e foi trocada recentemente por luzes alógenas que não danificam o patrimônio e são recomendadas para exposições museológicas. Na sala serão dispostos vitrines, cada vitrine conterá os bens da coleção arqueológica assim eles serão colocados de acordo com a tipologia do material: ossos, louças, vidros e metais. A sala será composta de narrativas explicativas em posters com uma linguagem simples e acessível com a explicação da utilização dos bens, bem como da história da lenda, que já foi descrito nos capítulos anteriores.

A proposta de exposição contará com materiais de apoio como catálogo educativo, no qual terão atividades de educação patrimonial e um pouco mais da história. Um vídeo na sala com fotos da coleção dos bens que não foram expostos e do local, Quaraí bem como do Cerro do Jarau do qual foram extraídos para que se tenha uma abrangência maior do contexto. Também uma música de fundo que será um atrativo a mais para instigar os visitantes.

Plataforma 03 - Elementos que compõe a Estância Velha do Jarau

PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO ESTÂNCIA VELHA DO JARAU: FRONTEIRA ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA



A exposição Arqueológica Estância Velha do Jarau é formada pela coleção arqueológica coletada no sítio arqueológico. O objetivo da exposição é popularizar o conhecimento advindo dos patrimônios coletados do solo que de 1800 até 1905 foi uma estância na fronteira. Núcleo produtivo e de moradia. Localiza-se num ponto turístico e lendário do estado, o Cerro do Jarau, palco do clássico "Lendas do Sul", de Simões Lopes Neto, no qual a Teiniaguá, princesa Moura encantada, habita o Cerro.

O fundo da plataforma é intencional devido ao pampa, vegetação da fronteira oeste favorável ao desenvolvimento de estâncias. Neste foram colocadas três fotos que falam um pouco da história que permeia a coleção arqueológica. A primeira - estrutura remanescente da casa sede da estância, a segunda - o Cerro do Jarau, e a terceira - uma imagem da lenda, que está presente no imaginário da população, e um mapa que representa a parte e o todo e que contextualiza o local da exposição - Santa Maria - RS, Brasil.

A primeira foto de Raul Pont, a segunda arquivo pessoal da autora, a terceira disponível em <http://pelotascultural.blogspot.com.br/2009/10/o-cerro-do-jarau-e-as-torres-de.html> e o mapa retirado do Atlas Geográfico, 2000.

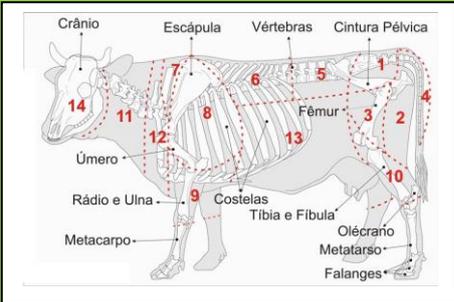
PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA ESTÂNCIA VELHA DO JARAU PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA

Aluna: Priscila Linassi

Orientador: Saul Eduardo Seiguer Milder

Plataforma 04 - Proposta de exposição, Os ossos e a alimentação da Estância Velha do Jarau.

Cultura Material, *Bos taurus* do catálogo 060 pesquisada por NOBRE, 2011.



Nobre dividiu a pesquisa zooarqueológica, que leva em consideração vestígios faunísticos (ossos), por classe (Mammalia) e ordem (artiodact) e, partindo disso, por partes, dos elementos ósseos (conforme figura ao lado), para descobrir os hábitos alimentares da Estância no século XIX. Analisou a cultura material, livros de culinária da época, fontes históricas.



Metatarso (patas traseiras do boi)



Falanges (mão e pé do boi). Usado em ensopados, cozidos, possuem marcas de atoramento.



Tíbia (patas traseiras). Marca de corte e quebra refere-se ao prato "osso buco". Preparado em sopas, cozidos e ensopados.



Astralogo Garrão do boi, utilizado no "jogo do osso", utilizado em sopas.



Fêmur (Ossos com marcas de quebra para a retirada do tutano).



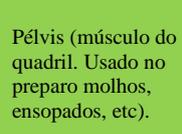
Ulna (pernil do boi) o preparo do "osso buco" indicado para sopas pelo compõe teor de gordura (tutano).



Vértebra (espinhaço). Preparado em cozidos e ensopados. Fatiado é chamado chuleta. Apresenta marcas de corte e quebra.



Costela. Diáfase média. Usado no churrasco.



Pélvis (músculo do quadril. Usado no preparo molhos, ensopados, etc).



Dentes. Marcas de quebra e atoramento o que sugere o consumo da cabeça.



Escápula (patas dianteiras do boi. Preparadas em cozidos e ensopados).



Mandíbula. Osso em que ficam os dentes. O consumo da cabeça de boi pode ser cozido ou assado.



Ossos chatos. (Crânio, pélvis, costelas, escápula, são ossos que parecem uma lâmina).



Ossos longos. Fêmur, úmero, tíbia, rádio).

Variabilidade artefactual de ossos apresentada por NOBRE. Os ossos ilustram os hábitos alimentares dos habitantes da Estância Velha do Jarau, descaracterizando o consumo apenas de churrasco e ressaltando o consumo de sopas, ensopados, cozidos entre outros pratos. Outra informação é que o aproveitamento do boi era de quase 100%. Prato comum da estância era o puchero ou cocido. Foram escolhidas etiquetas individuais para ilustrar o patrimônio e facilitar o acesso à informação. As informações e as figuras correspondem aos seguintes números de imagens que foram extraídas de NOBRE, 2011: 67,70,71,98,99,106, 109,111,118,130,135,138,139,140,144.

PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA ESTÂNCIA VELHA DO JARAU PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA

Aluna: Priscila Linassi

Orientador: Saul Eduardo Seiguer Milder

Na plataforma física da proposta exposição acima, temos a disposição das plataformas no espaço físico da mesma. Logo na entrada, estará disposto um banner como uma foto do Cerro do Jarau fazendo menção à entrada no mesmo, no chão da sala será colocado grama artificial, para a representação do chão dos pampas, vegetação típica da fronteira, região na qual foram feitas as escavações (Plataforma 06).

Ao longo da entrada da sala estarão dispostas as vitrines que serão divididas de acordo com o acervo que compõe a exposição (Plataforma 07,08 e 09). Na parte contrária à porta, estará montada uma espécie de oca a qual representará o Cerro. Ao longo da oca estarão dispostas do lado de fora as fotos das escavações, formando um semicírculo; no lado interno, será contada a lenda e as sete provas pelas quais Blau passou. Também será confeccionado um catálogo auxiliar da exposição com informações adicionais e algumas atividades.

Plataforma 06 - Intervenções arqueológicas na Estância Velha do Jarau.

Arqueologia é a ciência que estuda as sociedades antigas através da sua cultura material. Assim, o Arqueólogo realiza intervenções nos sítios arqueológicos (locais escolhidos para a pesquisa e coleta). Nestas intervenções arqueológicas foi coletada uma variedade de artefatos, que colaborarão para compreender o cotidiano do sítio. No sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, foram realizadas 5 intervenções, todas coordenadas pelo Arqueólogo Saul Eduardo Seiguer Milder, que ocorreram nos seguintes anos: 1997, 1999, 2000, 2001, 2006. Abaixo, fotos das escavações realizadas.



Nas fotos, observa-se a predominância da mata no local que abrigava a Estância. Outro aspecto são as estruturas remanescentes como as cercas de pedras e uma parte de uma parede. Nas escavações foram utilizadas diferentes técnicas arqueológicas, e cada escavação serviu de suporte de informações para a escavação seguinte. As fontes das fotos são do LEPA (Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas UFSM).

PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA ESTÂNCIA VELHA DO JARAU PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA

Aluna: Priscila Linassi

Orientador: Saul Eduardo Seiguer Milder

Plataforma 07 - Os metais e seus usos na Estância Velha do Jarau.

THOMASI (2010) analisou os metais da Estância Velha do Jarau. Em sua pesquisa, a autora constatou informações, tais como a comprovação dos hábitos alimentares, a produção agrícola e as delimitações de terras. Analisou alguns talheres, percebendo como eram as refeições na Estância, como um garfo artesanal com três dentes (segundo a autora até 1880 os garfos tinham 3 dentes), garfos com 4 dentes talheres côncavos, arado para preparar a terra, chave de alambrador, utilizada a partir de 1850, época em que as terras começam a serem demarcadas por cercas de arame, um cartucho de fuzil, o que demonstra a utilização do local, como espaço de memória, no qual as simbolizações que este espaço evoca despertam o interesse de treinos de atividades militares, é um local testemunho de uma realidade que nos dias de hoje assume uma ressignificação.



Garfo artesanal com três dentes.



Garfo com quatro dentes.



Garfo com quatro dentes.



Talheres garfos, e colheres.



Pregos, que indicam as construções da estância.



Tesoura de tosquia, utilizada para cortar a lã da ovelha, o que comprova a presença do animal na estância.



Chave de alambrador, utilizada para fazer as cercas de arame e delimitar os campos.



Arado, este instrumento comprova o cultivo de atividade agrícola na estância. Que ficava a cargo dos escravos.



Ferraduras utilizadas em animais o que evidencia a criação de mulas, utilizadas para carregar cargas.



Presença de cartuchos que indicam a ocupação do espaço após a desativação da estância.

As fontes das fotos são do acervo LEPA/UFSM.

PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA ESTÂNCIA VELHA DO JARAU PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA

Aluna: Priscila Linassi

Orientador: Saul Eduardo Seiguer Milder

Plataforma 08 - Vestígios Vítreos da Estância Velha do Jarau.

Os vestígios vítreos estão sendo pesquisado por KAUS (2012/2013). A autora destaca a presença de um vermífugo, utilizado para o tratamento do gado, produzido pela indústria Leivas Leite e Cia, de Pelotas. A presença deste vidro evidencia o tratamento do gado. Também foram encontrados vidros de remédios, garrafas de bebidas da pós-ocupação. São vestígios que demonstram o caráter utilitário dos vestígios que suprem as necessidades. As fontes das fotos são do Acervo do LEPA/UFSM.



Garrafa de vermífugo.
Utilizada para o tratamento
do Gado



Várias garrafas do vermífugo



Vidro de Biotônico Fontoura
(Fortificante utilizado em
anemias)



Frasco de Leite de
Magnésia. Utilizado
como remédio.



Suposta garrafa de
Remédio. Sem
identificação do



Frasco de tinteiro que
demonstra a presença de
pessoas que escreviam na
estância.



Garrafas de bebidas.

PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA ESTÂNCIA VELHA DO JARAU PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA

Aluna: Priscila Linassi

Orientador: Saul Eduardo Seiguer Milder

Plataforma 09 - As louças dos hábitos alimentares da Estância Velha do Jarau.

A análise das louças colabora para a indicação de informações sociais (poder aquisitivo de acordo com a louça) e cronológicas (data de fabricação da louça). No sítio Arqueológico Estância Velha do Jarau foram coletados 2.017 fragmentos de louça pesquisados por TOLEDO (2011). Dentre estes fragmentos foi possível identificar 16 recipientes: 7 pratos, 4 malgas, 1 xícara, 1 pires, 2 tampas, 1 cachimbo. Assim, segundo, TOLEDO (2011), das louças identificadas, 73% são côncavas e 27% são planas. A louça coletada nas intervenções é mais barata, não formando conjuntos, aparecendo alguns fragmentos de louças mais caras. São objetos utilizados para sanar os hábitos alimentares. A maioria dos recipientes era côncava (xícaras, malgas (espécie de tijela), canecas, entre outros). Isso demonstra o consumo de líquidos e pastosos.



Fundo do prato mostrando a marca inglesa.



Prato padrão trigal, este prato foi montado, percebe-se a união dos seus pedaços.



Fragmento côncavo (Grés)



Fragmento côncavo (Grés)



Xícara.



Fragmentos de Ironstone



Fragmento de cerâmica vidrada



Fragmento de cerâmica



Fragmentos de cerâmica brasileira



Fragmento de louça no qual se encontra presente a técnica transfer printing

Outra informação é que a maioria dos fragmentos não é decorada. A maioria dos fragmentos é das paredes de louças.

As louças são classificadas de acordo com a pasta, no sítio arqueológico temos as seguintes pastas: Faiança Fina, Grés, Ironstone, Porcelana Brasileira, Cerâmica e Cerâmica Vidrada. Através da louça, TOLEDO (2011) levanta a hipótese de que o período de ocupação mais intensa da estância foi de 1820 a 1870. O objetivo central desta plataforma é ter acesso aos fragmentos coletados na Estância, alvo das pesquisas, e os resultados obtidos com as mesmas. As fontes das fotos são do acervo do LEPA/UFMS e retiradas de TOLEDO (2011).

PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA ESTÂNCIA VELHA DO JARAU PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LENDA

Aluna: Priscila Linassi

Orientador: Saul Eduardo Seiguer Milder

CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo teve como objetivo a democratização das narrativas arqueológicas, através de uma proposta de exposição, planejada e estruturada com estratégias de comunicação associadas à Educação Patrimonial que tem função social.

Dessa forma, esse trabalho foi edificado na tentativa de perceber a realidade através da geografia local, da história, da lenda, da localização, da cultura material e imaterial na busca da fidelidade às informações arqueológicas.

Assim, o Capítulo 1 procura conceituar o ambiente no qual se encontra o Sítio Arqueológico, trazendo à tona suas raízes históricas, caracterizando este espaço para compreendê-lo na interação com os atores sociais.

Já o Capítulo 2 foi elaborado para apresentar a coleção arqueológica, as pesquisas desenvolvidas sobre a cultura material coletada do Sítio, as leis que regem este patrimônio, o acesso, as intervenções realizadas e a interpretação desta realidade. Ao longo dos Capítulos 1 e 2 foi formado o conteúdo da exposição. A forma através da qual a proposta foi apresentada está presente no Capítulo 3.

O Capítulo 3 traz as estratégias, os planejamentos, os métodos da educação patrimonial para comunicar e aproximar a sociedade ao patrimônio, através do deslocamento da cultura material para a instituição Museu, trabalhando a problematização de criar um contexto e a preocupação de não elitizar os objetos, abordando-os sobre a realidade arqueológica, lendária e histórica.

A área da comunicação, ou seja, a exposição e a educação patrimonial estão interligadas, para a formulação de um espaço de dimensão cognitiva, afetiva, crítica, identitária e problematizadora.

A cultura material coletada no Sítio Estância Velha do Jarau é importante para a compreensão do cotidiano dos habitantes da Estância, percebendo os seus três aspectos - material, simbólica e funcional. Dessa forma, a preservação deste Patrimônio Cultural de importância significativa é fundamental para a identificação e a valorização destes bens que, como indicadores da memória (BRUNO, 1995), colaboram para a perpetuação e a apreensão pela população dos Patrimônios Arqueológicos.

As pesquisas arqueológicas não ficam restritas à comunidade acadêmica e a pesquisadores da área. Assim, através de publicação, de divulgação e de trabalhos incisivos de Educação Patrimonial, a Arqueologia passa a fazer parte do cotidiano das pessoas, colaborando para a interpretação do pretérito e a valorização deste patrimônio.

A Arqueologia colabora para a compreensão, por exemplo, do tradicionalismo, pois as tradições foram retiradas de elementos do passado e do discurso mítico do gaúcho. Alguns elementos que não estavam descritos historicamente foram reconstituídos de acordo com a época e com a cultura material. Já o costume, que é parte elaborativa do movimento, é algo dinâmico que se configura com as transformações do tempo e que mantém estreitos laços com a tradição.

Desse modo, a elaboração de qualquer trabalho referente à Arqueologia e à História vem a contribuir decisivamente para compreender a formação do estado do Rio Grande do Sul, os meios de delimitação das terras, as estâncias como estruturas complexas, o cotidiano das pessoas que habitavam as estâncias, as lendas que permeavam esse processo histórico. A lenda é parte significativa na elaboração à medida que gera relações de sentimentalismo, apreço. Estas análises partiram da Estância Velha do Jarau para as estâncias da fronteira sudoeste do estado do Rio Grande do Sul e para o Brasil.

A formulação da proposta de exposição levou em consideração, para a preparação da mesma, o público alvo, pois o visitante se apropria do que lhe é disposto e vivencia o espaço do Museu, a elaboração da exposição em si, com seus conceitos (pesquisas arqueológicas), seus problemas (comunicação deste conhecimento através de narrativas organizadas), suas técnicas (métodos utilizados pelo pesquisador), seus objetivos - atingir o visitante, propiciando um ambiente de acesso e de significação – os materiais a serem utilizados (discursos), os procedimentos que levam ao resultado – a proposta de exposição.

O trabalho de Dissertação partiu da Estância Velha do Jarau, no Cerro do Jarau, em Quaraí, cidade de fronteira, na qual foi coletada a cultura material arqueológica para a proposta de exposição, veículo de comunicação, perpassando a lenda, a história, os personagens e a comunidade.

O quadro formado pela Dissertação permitiu algumas experimentações que podem ser constatadas - a narrativa apresentada cria-se através de uma seleção estabelecida pelos critérios dos pesquisadores.

A comunicação das narrativas arqueológicas através da exposição também necessita de critérios de seleção, mas como comunicar um patrimônio que não está no seu local de origem, que foi deslocado? A partir deste problema, procurou-se contextualizar este espaço como mais amplo, que pertence a um contexto, o estado do Rio Grande do Sul, que faz parte do Brasil. Assim, estes patrimônios são significativos em Santa Maria para a sociedade, pois a cultura material permite a compreensão do cotidiano sobre outro enfoque, o da realidade.

O contexto foi formado com todos os elementos que o compõe, a estrutura da estância, os habitantes, o modo de vida, seus personagens-símbolos. No entanto, não com um olhar reducionista que se delimita a estes, mas tomados como referências que trazem à tona a Estância, necessitando serem abordados como todos os outros elementos.

A proposta é de uma exposição que busca contextualizar os diversos elementos formadores deste espaço, uma narrativa que seja instigante, que provoque através da forma como é exposto, que comunique este conhecimento científico produzido na academia, tornando-o acessível à comunidade, procurando produzir sentidos, ação através da ação, experiência formada na visita.

Ao trilhar alguns caminhos ao longo desta Dissertação, acredita-se que a arqueologia disponibilizada à comunidade, através de uma mensagem articulada, planejada e, ao mesmo tempo, avaliada, recria, por meio dos elementos abordados, uma narrativa arqueológica, que aja na realidade, na experiência dos visitantes ativamente, motivando-os, informando, despertando interpretações, críticas, sentimentos e ações através deste espaço real que é o Museu.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M; VASCONCELOS, C. DE M. Por que visitar museus. In BITTENCURT, C.(org.) **O saber histórico na sala de aula**. Ed.7. São Paulo: Contexto: 2002.

ALMEIDA, C. A. F. de. Apresentação. In: ARNAUT, J. K; ALMEIDA C. A. F. (Orgs.) **Museografia: a linguagem dos museus a serviço da sociedade e de seu patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/OEA, 1997.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha**. [recurso eletrônico] / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: Editora: PUCRS, 2009.

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.

ALVES, F. da S. **Fitogeografia da Região do Jarau – Quaraí/RS**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2012.

BASTOS, R. L. **A arqueologia pública no Brasil: novos tempos**. In: Patrimônio: Atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006.

BARBOSA, C.A. DO S. **A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elite Farroupilha (RS, 1835 – 1845)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo: 2009.

BARBOSA LESSA, Hino Tradicionalista. 1998. Disponível em <<http://www.mtg.org.br/index.html>>. Acesso em: 20 de fev. de 2013.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural: As possibilidades do planejamento**. – Campinas, SP: Papirus, 2000.

BESSEGATO, M. L. **O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas**. 2ª Ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

BRANDÃO, C.R; **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 26 out. 2010.

BRASIL. **Constituição Federal da República Brasileira de 1988**. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 Jun de 2012.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em: 10 jun 2012.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3924.htm Acesso em: 10 Jun de 2012.

BRUNO. C. O. **Arqueologia e antropofagia**: A musealização de sítios arqueológicos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional, n. 31. 2005.

BRUNO, M. C. O. **Teoria Museológica**: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. Cadernos de Sociomuseologia. N. 10.1997.

BRULON, S. B. C. **Quando o Museu abre portas e janelas**: o reencontro com o humano no Museu contemporâneo. Dissertação(Mestrado em Museologia e Patrimônio) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARNEIRO, C.G. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva**: uma proposta para a Amazônia. Tese (Doutorado em Arqueologia). - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARTA DE ATENAS. Disponível em: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1931.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

CHAGAS, M. **O Museu – casa como problema**: comunicação e educação em processo. In: anais do segundo seminário sobre museus-casa, Rio de Janeiro: Fundação de Rui Barbosa, 1998.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CURY, M. X. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

CRÓSTA, A. P; LOURENÇO, F. S. **Proposta de Sítio Geológico ou Paleobiológico do Brasil** – Astroblema de Cerro do Jarau, RS. Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2008.

DE PAULA, E. A. Z. **AS ORIGENS DA LENDA “A SALAMANCA DO JARAU”**, DE JOÃO SIMÕES LOPES NETO RevLet – Revista Virtual de Letras Volume 2, Número 02/2010. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/66.pdf> Acesso em: 15 de out. de 2012.

DINIZ, C.F.S. **João Simões Lopes Neto**: Uma Biografia. Assessoria Gráfica e Editorial, LTDA. Porto Alegre, 2003.

DECLARAÇÃO DE CARACAS, 2002. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345> Acesso em: dez de 2012.

ENNES, E. G. **Espaço construído**: o museu e suas exposições. 2008. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FARINATTI, L. A. E. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES M. L. P. (Tradução). **Planejamento de Exposições / Museums and Galleries Commission**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Vitae, 2001. (Série Museologia, 2).

FERNANDES, T. C. **Vamos criar um sentimento? Um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FREITAS, S. M. R. de. **Estudos Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Sagra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P. P. A; PELEGRINI, S. DE C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. – 2ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GARCIA, G.B. **O domínio da terra conflitos e estrutura agrária Rio- Grandense oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2005.

GEERTZ, C; **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

GOMES, F.F. da F. **Aspectos da cultura material e espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828-1905), um estudo de caso em arqueologia histórica Rural**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2001.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Iphan, 2002.

GUARNIERI, W. R. [untitled]. In: SYMPOSIUM COLLECTING TODAY FOR TOMORROW. **ISS: ICOFOM STUDY SERIES**, Leiden, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 6, p. 51-59, Oct. 1984.

HALL, E. **A identidade cultural da pós- modernidade**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HAIGERT, C. G. **Memória**: do individual ao coletivo. In: MILDER, S. E. S. (Org.). Educação Patrimonial: Perspectivas. Santa Maria: UFSM, 2006.

HORTA, M. de L. P; GRUMBERG, E; & MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

KÜNH, FÁBIO. **Breve história do Rio Grande do Sul**, 3ª ed. ampl. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LEITMAN, S. **Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos**: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: edição Gral, 1979.

LOPES NETO, J.S. **Lendas do sul**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.

MACCHADO, N.T.G. **Entre guardas e casarões**: um pouco da história do interior do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Arqueologia) Universidade de São Paulo. São Paulo: 2004.

MARIANO DA ROCHA, M. Z. D. **Os Museus Educativo Gama d'Eça e Victor Bersani**. Santa Maria: Gráfica da UFSM, 1987.

MARTINS, M.C. (coord.). **Curadoria educativa**: inventando conversas. Reflexão e Ação – Revista do Departamento de educação/UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, vol. 14, n.1, jan / jun 2006.

MATTOS, Y. e MATTOS, I. **Abracaldabra**: uma aventura afetivo-cognitiva na relação museu-educação. Ouro Preto: UFOP, 2010.

MILDER, S. E. S. (org). **As várias faces do patrimônio**. Santa Maria: Pallotti, 2006.

MILDER, S. E.S. Prefácio. In: BESSEGATO, M. L. **O patrimônio em sala de aula**: fragmentos de ações educativas. , 2ª Ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

MILDER, S. E. S; OLIVEIRA, J. R. de (org). **Patrimônio Cultural**: experiências plurais. Santa Maria: Pallotti, 2008.

MOURÃO, H. A. **Patrimônio Arqueológico**: um bem difuso. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, 2007.

NORA, P. **Entre memória e história** – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto de história; Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados Em História e do Departamento De História Da PUC/SP. São Paulo, N. 10, Dez.1993.

NOBRE, C. K. **Ar livre e carne em abundância**: Um estudo histórico e cultural do gaúcho e sua alimentação no século XIX. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011.

PONT, Raul. **Campos Realengos** - Formação da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Renascença, 1983.

KAUS, T. [Pesquisa em andamento] Laboratório de Estudos e pesquisas Arqueológicas, LEPA, Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Brasília: Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional, n. 31. 2005.

RIBEIRO B. M. **Biografia**. Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/BentRibe.html> Acesso em: 15 de jan. de 2013.

RIBEIRO, J. I. **Quando o serviço os chamava**: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: UFSM, 2005.

RIZZI, M.C. de S. L. **Além do artefato**: apreciação em museus e exposições. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo: MAE\USP, n.8, p.215-220, 1998.

RUSSIO, W. Texto III. In: ARANTES, A. A. (org.). **Produzindo o Passado**. Estratégias de construção do Patrimônio Cultural. São Paulo: Brasiliense. 1984.

SANTI, J.R. **Estabelecimento de Estâncias**: estratégia imposta pela coroa Luso Brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado de Integração Latino Americana) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: 2004.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense: 1987.

SCHEINER, T. **Apolo e Dionísio no templo das musas**: museu gênese, idéia e representações na cultura ocidental. Dissertação (Mestrado em Comunicação). RJ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, A.S.N.F. da; **Musealização da Arqueologia**: diagnóstico do patrimônio Arqueológico em Museus Potiguares. Dissertação (Mestrado em História) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008.

SILVA, M. P. F. da. **Coleção, colecionador, museu**: entre o visível e o invisível. Um estudo acerca da casa de Cultura Christiano Câmara em Fortaleza, Ceará. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio) Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SIMIELE, M. H. **Atlas Geográfico**. 33ªed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

SOARES, B. C. B. **Quando o museu abre portas e janelas**: o reencontro com o humano no museu contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SOARES F. C. **Santa Thereza**: um estudo sobre as charqueadas da fronteira Brasil –Uruguai. Dissertação (Mestrado de Integração Latino Americana) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: 2006.

SOARES, F. C. **Experiências Educativas**. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). Educação Patrimonial: Perspectivas. Santa Maria: UFSM, 2005.

THOMASI, D.I. **Arqueologia Histórica**: os metais da Estância Velha do Jarau. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010.

TOLEDO, G. T. **A pesquisa Arqueológica em Quaraí/RS**: uma contribuição a identificação do patrimônio Local. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: 2010.

TOLEDO, G. T. **A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau e os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul** - interfaces entre Patrimônio, Memória e Identidade. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

UBERTI , HERMES GILBER. **O Vale do Jaguari no processo de construção da fronteira oeste do Rio Grande do Sul** – por Revista Eletrônica: História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012. Disponível em : <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1876/104>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

VARINI, H. de. **A respeito da mesa redonda de Santiago**. In: Araujo,M.M.; BRUNO,M.C.O. (Org.). A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos. São Paulo: USP. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

WINCHERS, C. DE M. A; **Patrimônio Arqueológico Paulista**: proposições e provocações museológicas. Tese (Doutorado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.